



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO – JOÃO PESSOA/PB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

WILLIAN FERNANDES DE FIGUEIREDO

**A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA E DA
DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
SINO-BRASILEIRAS**

JOÃO PESSOA – PB
2011

WILLIAN FERNANDES DE FIGUEIREDO

**A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA E DA
DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
SINO-BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof^a Dr. Henrique Altemani de Oliveira

JOÃO PESSOA – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

F475i Figueiredo, Willian Fernandes de.
A influência da política e da diplomacia nas relações comerciais sino-brasileiras. / Willian Fernandes de Figueiredo. – 2011.
67f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira, Curso de Relações Internacionais”.

1. Relações Brasil-China. 2. Comércio sino-brasileiro. 3. Embraer - China. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOLHA DE DEFESA COM OS MEMBROS DA BANCA

ALUNO(A): WILLIAN FERNANDES DE FIGUEIREDO
MATRÍCULA: 081520204

A influência do comércio e da política nas relações diplomáticas sino-brasileiras.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Professor(a) Henrique Altemani de Oliveira (Orientador(a)) - UEPB

Professor(a) José Carlos de Assis - UEPB

Professor(a) Jacqueline Echeverría Barrancos - UEPB

João Pessoa, 30 de novembro de 2011.

DEDICATÓRIA

À

minha família, sempre em primeiro lugar

aos meus avôs José Antônio e Lourival Elias (in memoriam)

Bruna, que da forma mais inusitada possível me fez admirar a China

João Pessoa/PB

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre em primeiro lugar, à toda minha família, tanto aos Figueiredo quanto aos Fernandes. Em especial ao meu pai e “paitrocinator” **Walter**, que sempre esteve ao meu lado tentando passar da melhor forma possível os ensinamentos que me fizeram o homem de hoje. À minha mãe **Soneide** que soube dosar carinho, respeito e autoridade durante a minha criação. À minha doce irmã **Jéssica**, grande orgulho e fonte de belas gargalhadas durante esses dezessete anos de convivência, nem sempre pacífica. Às minhas avós Sonia e Josefa que com muita presteza nunca deixaram de cumprir o dever primordial de uma avó: babar o neto. Aos meus tios Ronaldo, Rinaldo, Rogério e Junior que antes de tudo são meus amigos. Às minhas tias Selma e Suelene que ajudaram a me criar. Aos meus primos Márcia e Michel companheiros de uma infância divertida e sadia.

À minha amiga, que com alguns meses ascendeu ao posto de melhor amiga, achou pouco, passando a ser quase uma irmã e agora é tudo isso além de namorada: minha amada **Bruna Japiassú**. Ela que dividiu comigo todas as alegrias e frustrações de se estudar no Campus V da UEPB. Consegui me passar firmeza e serviu como exemplo de dedicação, mesmo estando do outro lado do mundo.

Ao meu orientador e inesgotável fonte bibliográfica **Professor Doutor Henrique Altemani de Oliveira** que, de pronto, acreditou no meu projeto mesmo me desconhecendo como aluno. Ao jovem e brilhante **Professor Doutorando Augusto Wagner**, pessoa fundamental na definição do tema a ser analisado por esta monografia. Ao meu co-orientador informal **Professor Doutor José Carlos de Assis** que surgiu na minha vida acadêmica muito tarde, mas contribuiu de maneira ímpar para minha formação.

Aos professores que me auxiliaram na árdua tarefa de terminar o Curso de Relações Internacionais da UEPB, cito alguns com a certeza de injustiçar os esquecidos: Dr^a. Silvia Nogueira, Dr^a. Doris Sayago, Dr. João Wandemberg, Dr^a Raquel Melo, Dr^a. Cristina Pacheco, Dr. Heleno Rotta, Dr. Paulo Kuhlmann, Dr^a. Luiza Rosa, Ms. Eliete Gurjão, Dr. Elias David, Ms. Gabriela Gonçalves, Dr. Otávio Correia e Ms. Messias Batista.

Aos amigos que conquistei durante minha ainda curta história de vida: George, Alex, Eduardo, Bernardo, Gustavo, Eduardo Walter e outros que se for citar iria além do número de páginas desse trabalho.

À turma da cuscuzeira, os sobreviventes, aqueles que a UEPB insistiu em renegar, mas seguiram firmes e conscientes do futuro promissor que nos espera: Carlos, Brian, Pereira, Linhares, Aline, Melissa, Priscilla e Flora além dos que com o tempo foram chegando e também os que migraram para noite ou ficaram pelo caminho. Sem esquecer dos memoráveis Luan, Fábio, Matheus, Guilherme e muitos outros que me ajudaram a desperdiçar conversa e tempo nos bancos da universidade.

Não sei se os que aqui foram citados se importarão, mas além de agradecê-los nesta oportunidade, quero deixar claro que pretendo poder fazê-lo novamente em outros capítulos de sucesso na minha vida profissional e acadêmica.

“Quando a China despertar, o mundo tremerá”.

(Napoleão Bonaparte)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção das relações diplomático-comerciais entre Brasil e China, tendo como enfoque os interesses brasileiros emanados dessa parceria. Estudamos em que contexto se deu a aproximação política entre esses dois países, a configuração de suas relações comerciais e em especial o contexto em que se deflagrou o atual quadro das exportações brasileiras. A partir da evidente defasagem tecnológica da restrita pauta exportadora nacional para a China, concentrada em commodities minerais e alimentícias, foi fundamental destacar uma iniciativa que contrapõe tal situação. Com este escopo, sopesamos estratégias empresariais adotadas por empresas brasileiras para superar os desafios impostos pela concorrência chinesa. Por fim enfatizamos o exemplo da Embraer, um ícone dentre as indústrias de alta tecnologia de capital nacional que conseguiu concorrer de algum modo com a China.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-China. Comércio sino-brasileiro. Embraer na China.

ABSTRACT

This work aims to analyze the construction of diplomatic and commercial relations between Brazil and China, focusing on Brazilian interests emanating from this partnership. We studied in which context politics between the two countries developed fostered trade relations and the present situation of Brazilian exports. From the evident technological gap of restricted the national exports to China, concentrated in mineral commodities and food, our goal is to highlight a different initiative for the present situation. With this scope, we will weigh the business strategies adopted by Brazilian companies to overcome the challenges posed by chinese competition, and finally highlight the example of Embraer, an icon among the high-tech industries of the national capital that somehow could compete with China.

KEY-WORDS: Brazil-China Relations. Sino-Brazilian trade. Embraer in China.

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1:** Principais Produtos Brasileiros Exportados para a China.....pag.28
- TABELA 2:** Principais Mercados Destino das Exportações Brasileiras.....pag.40
- TABELA 3:** Estrutura das Exportações Brasileiras (2009-2010).....pag.45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Corrente de Comércio Brasil-China (1974-1979).....	pag.20
GRÁFICO 2: Balança Comercial Brasil-China (1979-1990).....	pag.23
GRÁFICO 3: Balança Comercial Brasil-China (1990-1994).....	pag.26
GRÁFICO 4: Saldo comercio do Brasil com a China (1985–2003).....	pag.40
GRÁFICO 5: Brasil Vs. China (00–07) em US\$ por Kg.....	pag.41
GRÁFICO 6: Índices de preços de commodities e importações chinesas (50-09).....	pag.42
GRÁFICO 7: Exportação brasileira pra a China por fator agregado.....	pag.43
GRÁFICO 8: Exportações brasileiras, segundo intensidade tecnológica do produto exportado para o mundo e para a China – 2003.....	pag.48

LISTA DE SIGLAS

- BASIC: Brasil, África do Sul, Índia e China
- BM&F: Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros
- BRIC: Brasil, Rússia, Índia, China
- CBERS: Satélite Sino-brasileiro de recursos terrestres
- CBPO: Companhia Brasileira de Projetos e Obras
- CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUA: Estados Unidos da América
- FHC: Fernando Henrique Cardoso
- FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- GATT: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- IBAS: Índia, Brasil e África do Sul
- OMC: Organização Mundial do Comércio
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PIB: Produto Interno Bruto
- RPC: República Popular da China
- URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZEEs: Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS SINO-BRASILEIRAS	16
1.1 O nascer das relações sino-brasileiras: do seu início ao lento processo de reconstrução (1881– 1989).....	16
1.2 O casamento político Vs. O amadurecimento tardio das relações comerciais (1990 – 2000).....	23
1.3 A estabilização das relações diplomáticas e o crescimento em direção à China do fluxo de comércio brasileiro (2000 – 2008).....	30
CAPÍTULO 2: TENDÊNCIAS DO COMERCIO SINO-BRASILEIRO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI (PRIMARIZAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRA	34
2.1 O lugar da China no Comercio Internacional.....	34
2.2 Os impactos macroeconômicos no Brasil: Primarização e desindustrialização da economia frente à demanda e à concorrência chinesa.....	37
CAPÍTULO 3: A POSSÍVEL ALTERNATIVA APRESENTADA PELA EMBRAER ..	46
3.1 Perfil das corporações brasileiras que exportam para a China.....	46
3.2 A estratégia Embraer.....	50
CONCLUSÕES	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Em mais de oito milênios de história, a China tem aguçado a curiosidade dos atores internacionais em explorar melhor as oportunidades que oferece. Já na primeira década dos anos 2000 ela conseguiu ocupar o posto de segundo país mais rico e maior mercado internacional do mundo. Enquanto a China apenas tenta reaver seu posto de grande potência planetária, ocupado por vários séculos num passado não muito longínquo, o Brasil, uma nação recém formada, pouco amadurecida política e economicamente, tenta ascender no cenário internacional e ocupar um lugar de destaque no mesmo.

O Brasil tem sua política externa marcada pelo ativismo econômico-comercial, continuamente voltada para a construção de uma imagem de país com economia pujante que pode, em breve, alcançar o posto de potência global. Entretanto, no decorrer de sua formação econômica, a divisão internacional do trabalho relegou ao Brasil um papel “secundário”: grande fornecedor de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Durante muitos anos se questionou a validade desse modelo, se ele seria interessante ao nosso projeto desenvolvimentista ou estaria afundando o país no caminho de volta à primarização de sua economia.

Com a ascensão da China no cenário econômico global, o que se iniciou tardiamente após a revolução cultural e posterior abertura econômica em 1979, o governo brasileiro viu no “Império do Meio” um interessante parceiro político e comercial. Suas relações diplomáticas tiveram início de forma tímida (fim dos anos 70). O Brasil passava por uma “década perdida” diante da crise da dívida externa, enquanto a China enfrentava grandes problemas para encontrar parceiros externos que a apoiasse. De meados da década de oitenta até hoje, a relevância das relações diplomáticas do Brasil com a China tem se ampliado vertiginosamente.

Apesar dos importantes passos dados logo no início da década de noventa (nacer da parceria estratégica e da cooperação técnica no projeto CBERS), os anos em diante, no plano comercial, não foram fáceis para o Brasil, já que enquanto a economia chinesa crescia a passos largos, a brasileira ainda se reestruturava. Entretanto, é do ano 2000 em diante o cenário da parceria toma os rumos atuais com o já consolidado “Gigante Asiático” assumindo em definitivo seu papel de potência econômica global. De 2000 a 2010, a corrente de comércio entre os dois países aumentou mais de treze vezes, passando de US\$ 2,31 bilhões

para US\$ 30,78 bilhões. Este desempenho fez a China saltar da 12ª posição, em 2000, para colocar-se como o maior parceiro comercial do Brasil.

Esse crescimento é explicado pela latente demanda chinesa por insumos produtivos a fim de nutrir sua voraz indústria transformadora e por alimentos demandados por uma gigantesca massa de pessoas que saem todos os anos da miséria. Tal fenômeno beneficiou o Brasil na medida que o mesmo se firmou como competente produtor de commodities rumo à liderança mundial de alguns produtos deste setor. Grande parte dos insumos que a agroindústria brasileira se especializou em produzir com muita perícia e competitividade, tiveram altas significativas de seus preços, gerando lucros altíssimos às empresas e contribuindo para a consolidação do país como “grande celeiro mundial” (entre 2002 e 2007 o índice geral de preços das commodities subiu 131,5%). “Essa dinâmica, em boa medida, foi fruto da expansão das importações chinesas, haja vista a forte correlação entre a evolução das importações da China e o índice de preços de commodities” (Ipea, 2010: 516).

Destarte, as relações entre Brasil e China ocupam hoje posição central em nossa política externa. Não há dúvidas quanto ao importante papel que essas nações terão nos próximos anos na construção da nova arquitetura geográfica de poder econômico e geopolítico internacional.

A contribuição da China para o desenvolvimento brasileiro pode se revelar ainda mais insigne à medida que aprendemos, com os percalços enfrentados no passado, a buscar soluções mais criativas para as dificuldades que naturalmente surgirão no futuro, até mesmo decorrente da grande diferença cultural que rodeia esses dois países.

Diante deste quadro, faz-se objeto de estudo a evolução da parceria econômico-política do Brasil com a China; a visão multilateral da política internacional de ambas as nações; o quadro de complementariedade produtiva e comercial; e em particular, a luta pela equiparação tecnológica das exportações protagonizada seja pelo governo ou pela iniciativa privada brasileira, adotando o Projeto Embraer como modelo.

Buscamos demonstrar se a estratégia brasileira de tentar inserir produtos de alto valor agregado em sua pauta exportadora, para a China, tem surtido o efeito esperado. Será mesmo possível competir com o mercado chinês em seu próprio território? Ter competência e um programa de estratégias bem traçado é o suficiente? De que maneira o Projeto Embraer pode ser tomado como modelo de sucesso desse plano? Esses são alguns questionamentos feitos por vários empresários, políticos e acadêmicos brasileiros que este estudo pretende responder.

CAPÍTULO 1: Levantamento Histórico das Relações Diplomáticas Sino-brasileiras

O nascer das relações sino-brasileiras: do seu início ao lento processo de reconstrução (1881 – 1989)

As relações diplomáticas sino-brasileiras nasceram no século XIX com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, firmado em Shangai no ano de 1881. Somente dois anos depois (1883) foi fundado o consulado brasileiro naquela cidade. “Em 1911, Sun Yatsen proclama a República Popular da China, tendo o Brasil a reconhecido em 1913” (VILELLA, 2004: 3) Nas décadas seguintes, as relações bilaterais entre estas nações esmaeceram em razão de diversos empecilhos, a exemplo das revoltas sociais que enfrentava o governo chinês nos primeiros anos de transição do governo monárquico para o republicano. Em 1945 foi firmado o Tratado de Amizade Sino-Brasileiro em substituição àquele primeiro documento diplomático que já completava mais de cinquenta anos. Entretanto, com a vitória do líder comunista Mao-TseTung, o Brasil, em 1949, rompe suas relações diplomáticas com a China revolucionária, passando a reconhecer como legítimo representante do povo chinês o governo refugiado na Ilha de Formosa, abrindo posteriormente uma embaixada em Taipei no ano de 1952. Neste período as transações comerciais com a China continental são extra-oficiais e podem ser consideradas pouco significativas.

Já com a China, os contatos bilaterais foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que a afetaram no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Com a vitória de Mao-TseTung, em 1949, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a China continental, fechando o consulado em Shangai e abrindo uma embaixada em Taipei. (OLIVEIRA, 2004: 11)

O processo de retomada das relações políticas, comerciais e diplomáticas com a China foi realizado lentamente entre as décadas de sessenta e setenta do século XX. Havia vontade e relutância de ambas as partes em iniciar esta caminhada.

O que instigou a iniciativa brasileira foi o modelo de política externa engajada, que se preocupa em garantir independência e crescimento econômico através da via terceiro-mundista, direcionando suas ações para a via Sul-Sul, haja vista a instabilidade e o endurecimento das relações com os EUA. “O Brasil naquela época começou a usar sua política externa para promover, de forma mais autônoma, o seu desenvolvimento econômico,

principalmente pela diversificação de suas parcerias tanto no relacionamento com os países desenvolvidos quanto no âmbito da Cooperação Sul-Sul” (OLIVEIRA, 2010: 90). Barbosa e Mendes (2008) corroboram com essa linha de pensamento, pois segundo eles a estratégia brasileira tinha como objetivo fortalecer as alianças com países periféricos, tendo como foco a alteração da estrutura de poder que tendia a congelar as vantagens das nações desenvolvidas.

Já o governo chinês encontrava-se encurralado pelas suas precárias relações com o eixo Leste-Oeste, buscando assim alguma alternativa no grupo dos subdesenvolvidos para seu projeto de inserção internacional. Com o surgimento da teoria dos três mundos¹ os chineses se autodeterminaram pertencentes ao terceiro mundo, o que reforçou o papel essencial das relações Sul-Sul em sua política externa, determinada a superar os paradigmas da bipolaridade em vigência durante Guerra-Fria. Além destes fatores externos, a China encontrava-se em pleno processo de reforma social e institucional. O plano de Deng Xiaoping previa a abertura aos investimentos estrangeiros e o estímulo ao comércio internacional através de incentivos fiscais, linhas especiais de financiamento subsidiado pelo governo e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)².

Nesse contexto, Oliveira (2004) destaca vários pontos de afinidade entre as iniciativas externas empreendidas pelo Brasil e pela China naquele momento: ambos perseguiam a inserção no plano multilateral internacional por meio da construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento, lutando pela instauração de uma nova ordem econômica mundial; também afirmavam interesse em assegurar a autonomia, soberania e integridade territorial; posicionavam-se contra a diplomacia de direitos humanos dos EUA; recusavam-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear; e enfatizavam a agenda do Terceiro Mundo nos fóruns internacionais, inclusive no tocante ao meio ambiente em Estocolmo (1972).

Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China, demonstraram similaridade em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. China e Brasil apresentaram também posicionamentos similares em relação a outras

¹ Teoria segundo a qual “EUA e URSS eram agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a crítica ao “social-imperialismo” soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização” (VIZENTINI, 2004: 225).

² Mais detalhes sobre o processo de abertura econômica chinesa serão expostos no capítulo 2.1 desta monografia.

questões internacionais, como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos (...) em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. (SHANG, 2003: 316)

Nos assuntos internacionais, a China e o Brasil têm mantido uma excelente cooperação, apoiando-se mutuamente nas eleições da candidatura de muitas organizações internacionais. Nas Nações Unidas, os dois países apresentam a unanimidade na votação, cuja porcentagem é de mais de 90%. (MIN,1999: 322)

Tendo em vista o contexto favorável que fora apresentado, passemos à análise das minúcias do processo de reaproximação, discutindo as causas de sua interrupção no início do governo militar e sua retomada no mandato Geisel.

A partir do surgimento dos conflitos políticos entre China e União Soviética, o partido comunista chinês inicia o processo de disseminação de sua influência ideológica pelo mundo, fazendo parte desse plano a América Latina. Todavia, essa iniciativa não ganha fôlego em território brasileiro.

Do ponto de vista brasileiro, segundo Pinheiro (1993), a adoção do modelo de política externa independente³ promovida pelo governo Jânio Quadros (1961) levou-nos a uma tentativa de reaproximação com a China. Esse movimento teve início oficialmente com a visita do vice-presidente da República, João Goulart, ao “Império do Meio” em agosto de 1961. Durante a mesma, foram prospectadas diversas parcerias comerciais e do ponto de vista político tiveram início as negociações para a reconstrução dos vínculos diplomáticos entre ambas nações. O fruto mais concreto desta missão resultou da assinatura de um acordo interbancário entre os dois países que culminou na vinda de uma caravana comercial chinesa ao Brasil no ano seguinte.

Com a tomada do poder pela junta militar no dia primeiro de abril de 1964, o processo de aproximação com a China comunista estancou. A forte influência ideológica de direita maculou a política externa brasileira naquele ciclo inicial do governo recém instalado. Nos primeiros dias do golpe um episódio em particular feriu profundamente as relações sino-brasileiras: o governo militar prendeu sumariamente nove chineses que faziam parte de um escritório comercial e jornalístico da Agência Nova China em território brasileiro.

Mas o cenário político-econômico internacional, em pleno processo de mudanças na década de setenta, forçaria o governo brasileiro, à época, de extrema direita, a declinar desse posicionamento arredoio ao comunismo mandarim.

³ Um dos mecanismos desse modelo de política externa “a brasileira” era tentar alargar os parceiros comerciais do país aumentando o prestígio internacional do Brasil. A China era importante nesse processo devido ao seu imenso e inexplorado mercado e também pela sua importância no cenário político internacional.

A China continental, em outubro 1971, finalmente foi admitida na ONU em substituição ao governo de Taipei. Depois desse importante passo, aos poucos, foi conquistando parceiros no ambiente global. Segundo Becard (2008: 62) devido à política de *détent* entre os EUA e a China abriu-se um largo espaço para as relações políticas entre a mesma e o “subcontinente latino americano”. Naquele momento a China iniciou um processo de alterações em sua estratégia de inserção internacional. Ela passou a prospectar novos parceiros comerciais por todo mundo, deixando de lado as inflexões ideológicas socialistas no processo de negociação, a partir de então, adota um discurso de caráter nacionalista em defesa do Terceiro Mundo e da nova ordem global.

Sendo assim, a aproximação diplomática com o governo brasileiro se deu em grande medida devido à mudança de postura do lado chinês. Segundo Oliveira (2006:141) “En la década de 1970 China comenzó a quitar su apoyo a los movimientos revolucionarios de América Latina y buscó desarrollar una diplomacia estratégica de gobierno a gobierno, prometiendo respetar el principio de no interferencia em los asuntos internos.”

Mas não foi somente a China que se adaptou. O governo Geisel ao adotar o pragmatismo responsável⁴ como norte da política externa brasileira, percebeu com imparcialidade o cenário econômico internacional do momento. Naquele instante estava em curso a crise do petróleo (1973), concomitante a tal fenômeno os EUA (maior parceiro comercial do Brasil na época) restringiram suas importações como medida de autodefesa, restando ao Brasil explorar outros mercados⁵, a fim de dar vazão aos frutos do seu “milagre econômico”. Ou seja, a saída era diversificar os mercados alvo das exportações brasileiros, concomitante à um programa um de substituição de importações. “Viu-se o Itamaraty forçado a lançar mão do imperativo da busca de mercados para as exportações brasileiras, o que justificou a organização de uma missão comercial à Feira de Cantão (...)” (BIATO JUNIOR, 2010: 40).

Destarte foi nesse contexto que, quase dez anos depois de terem sido cerceadas, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a RPC, apesar das fortes resistências de alguns setores do governo militar (mais especificamente do Conselho Nacional de Segurança). PINHEIRO (1993)

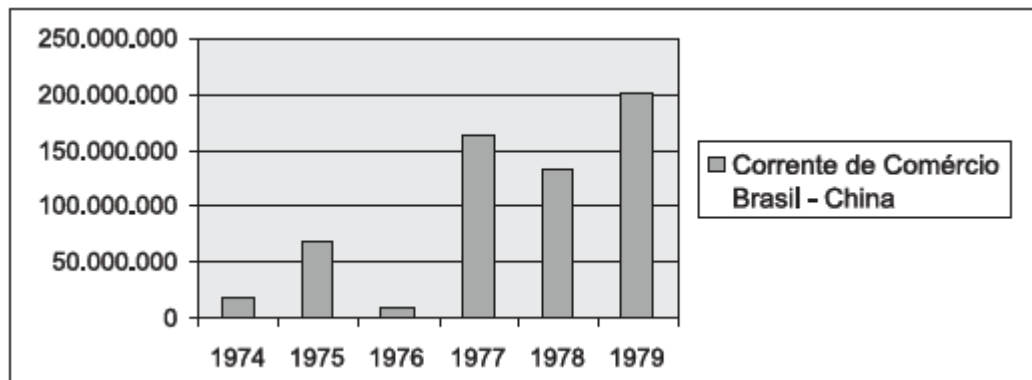
⁴ Caracteriza-se como um movimento de crescente independência, autonomia e 'flexibilidade' em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria. Livrava-se o Brasil da pecha do alinhamento automático aos desígnios do poder hegemônico hemisférico, os Estados Unidos. Assim, o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências. (SPEKTOR, 2004)

⁵ Entre 1969 e 1974, o peso dos Estados Unidos na pauta de exportações brasileiras declinou (de 26,4% a 21,9%), assim como o da Europa (de 46,2% a 37,4%). (ibidem: 196)

A oficialização do diálogo e das relações Brasil-China ocorreu de forma rápida, cinco meses após o início do Governo Geisel. Durante a estada da Missão Comercial da República Popular da China no Brasil, chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, foi assinado, em 15 de agosto de 1974, o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. (BECARD, 2008: 69)

Do ponto de vista comercial, o Brasil exportou basicamente produtos primários para a China neste período aproximação diplomática. O nosso carro-chefe foi o açúcar, enquanto do lado chinês se destacou a venda de produtos químicos farmacológicos, seguido pelo predomínio do petróleo. Entre 1974 e 1979 a balança comercial foi extremamente favorável ao Brasil: naquele ano o Brasil atingiu a marca dos US\$ 118 milhões em exportações, apresentando um crescimento de 600% em 5 anos. Já a China exportava apenas US\$ 83 milhões para o Brasil. Desta fase destaca-se a tentativa brasileira de incrementar sua pauta exportadora até então concentrada em commodities, assinando com a China em 1978 um Acordo Comercial seguido de um Convênio de Transporte a fim de ampliar a oferta de rotas marítimas e baratear o frete (um grande empecilho ao comércio sino-brasileiro na época).

Gráfico 1: Corrente de Comércio Brasil – China (1974 – 1979) US\$FOB



Fonte: (BECARD,2008: 72)

Apesar das importantes etapas galgadas ainda na década de setenta, o estreitamento das relações entre os dois países demorou a ser estabelecido. Devido a inúmeros motivos, tanto de ordem política quanto econômica, as relações sino-brasileiras nos próximos dez anos não conseguiram ir além dessa “fase embrionária”.

Na década de oitenta, a China procurou efetivar sua participação no cenário político-econômico internacional, aderindo a várias instituições internacionais. Temos como exemplo o FMI, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e a solicitação de adesão ao GATT (as negociações chinesas para sua entrada no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio tiveram início já em 1986). A estratégia

de inserção foi combinada com a procura de novos parceiros para trocas comerciais, tecnológicas e culturais, superando a retrógrada tentativa de exportação da revolução social. Entretanto foi com cautela que aquele país tratou o mundo subdesenvolvido neste primeiro momento, pois a crise da dívida⁶ ainda gerava temor nos investidores.

Enquanto a China se abria gradualmente para o mundo, o modelo brasileiro de crescimento econômico pujante (que perdurou por mais de 30 anos – entre 1947 e 1980 o Brasil cresceu em média 7,5% ao ano) já dava os primeiros sinais da desaceleração: os índices de crescimento estavam em plena queda, a inflação descontrolada gerava nos brasileiros uma constante falta de confiança e o medo da crise da dívida recrudescer se disseminava.

During the rapid development of Brazil in 1960s and 1970s, China was struggling out of its cultural revolution and looking for a new direction. While China began its economy launching in the 1980s, Brazil was tortured by the lost decade. (HAIBIN, 2010: 01)

Um importante marco nas relações bilaterais em pauta foi a visita pioneira do então Presidente João Batista Figueiredo à China em maio-junho de 1984 (em continuidade à diplomacia de diversificação de parcerias induzida por Geisel). “Foi aquela a primeira vez em toda história que um Chefe de Estado e de Governo do Brasil esteve em missão oficial à China” (BECARD, 2008: 104).

No que diz respeito às transações comerciais no final do regime militar percebemos a inversão da balança comercial a favor da China. O maciço aumento da importação de petróleo pela indústria brasileira foi fundamental nesse processo, todavia, é importante ressaltar a paulatina sofisticação dos produtos brasileiros exportados. Alguns acordos comerciais renderam ao Brasil a oportunidade de vender produtos de alto valor agregado da siderurgia nacional. Como afirma Biato Junior (2010: 42) a China comprometeu-se a comprar do Brasil entre 1985 e 1987 aço e ferro em grandes quantidades, transformando-se no segundo maior mercado asiático para as exportações brasileiras, atingindo a marca de US\$ 1 bilhão em trocas comerciais.

Com a redemocratização brasileira, o curso das relações com a China não mudou. Em dezembro de 1985 Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, empreendeu uma inédita visita à China com uma comitiva de parlamentares constituintes. Todavia, foi a viagem de José Sarney (junho de 1988) que fechou o primeiro ciclo de estreitamento das relações oficiais entre os dois países. Durante a missão brasileira foram firmados um relevante

⁶A inflação brasileira seguida da moratória decretada em 1987 assustou muitos investidores, inclusive os chineses.

número de acordos para cooperação cultural, técnica e científica, dentre as quais se destaca o Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos de Terrestres sino-brasileiro⁷.

Podemos considerar o projeto CBERS (Chinese-Brazilian Earth Resource Satellite) um marco de sucesso na construção da parceria em apreço. Várias razões impulsionaram a iniciativa brasileira em procurar construir esse acordo técnico de cooperação estratégica. Era interessante para ambos desenvolver uma tecnologia nova, independente e desligada do controle dos grandes países desenvolvidos. Segundo Becard (2008: 136) “a cooperação com a China, se baseava em autêntica divisão de esforços, ajudaria a superar restrições de países desenvolvidos em transferir tecnologias avançadas aos países em desenvolvimento.” O documento oficial que dividiu as tarefas de construção e financiamento do projeto foi assinado no dia 21 de agosto de 1988, chamado de Acordo de Cooperação para Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos Terrestres. O intuito do projeto era produzir dois satélites idênticos com duas grandes missões: demarcar os recursos naturais do território brasileiro e chinês, além de ajudar a desenvolver uma tecnologia inédita e nacional de sensoriamento remoto (o que significava uma maior soberania em tecnologia espacial, um assunto singular para a segurança nacional). As imagens e os dados coletados também poderiam ser vendidos para quaisquer interessados.

O programa foi orçado inicialmente em US\$ 150 milhões⁸, com a participação brasileira estimada em 30% dos custos e naturalmente a mesma proporção na divisão dos frutos do projeto, entretanto o levantamento orçamentário foi mal feito e ambos tiveram que contribuir financeiramente além do planejado.

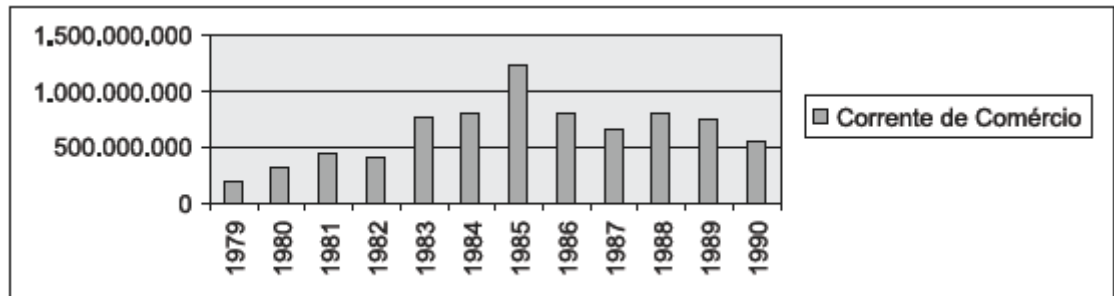
No que se refere à balança comercial da segunda metade da década de 1980 os índices caíram. As exportações brasileiras decresceram três quartos no período, já a compra de petróleo chinês, que representava 97% das nossas importações naturais da China, também diminuiu significativamente, de certa forma devido ao crescimento da própria demanda interna chinesa pelo produto. Naquele momento o governo brasileiro já se encontrava preocupado com nossa diminuta pauta exportadora para o mercado asiático. As exportações brasileiras estavam concentradas em alguns poucos produtos agrupados em três principais setores: mineração e siderurgia; químicos e fármacos; óleos vegetais. O intercâmbio

⁷ É importante destacar que a aproximação entre Brasil e China na área aero espacial nasceu bem antes, provavelmente em 1982 com a assinatura do acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Ainda fruto da visita do presidente Figueiredo em 1984 foram firmados vários entendimentos na área haja vista o protocolo firmado entre o CNPQ e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China.

⁸ No acordo foi estabelecido que os chineses teriam que reinvestir o montante (US\$15 milhões) recebido pelo lançamento dos dois satélites na compra de produtos brasileiros, com prioridade para os do setor aeroespacial.

empresarial era igualmente tímido e não atendia às expectativas nem ao entusiasmo do governo brasileiro até o final daquela década. “Se, por um lado, havia uma motivação política para a aproximação entre os dois países nos anos 70 e 80, a parceria estratégica não encontrava respaldo nas relações econômicas.” (BARBOSA, MENDES, 2008: 35)

Gráfico 2: Balança Comercial Brasil-China (1979-1990) US\$FOB



Fonte: (BECARD, 2008: 121)

Tendo em vista o que foi exposto as palavras de Oliveira (2006: 142) servem perfeitamente como resumo deste subcapítulo: “En síntesis, en las décadas de 1970 y 1980 las relaciones bilaterales chino-brasileñas fueron muy modestas desde el punto de vista económico, aunque em el plano multilateral ambos países encontraron fuertes coincidencias.”

O casamento político Vs. O amadurecimento tardio das relações comerciais (1990 – 2000)

Com a queda do muro de Berlim boa parte dos paradigmas das relações internacionais foi derrubada e um novo sistema de expansão neoliberal entrou em cena. Diante desse complexo quadro de profundas mudanças no comércio e na política internacional, as relações entre Brasil e China também foram afetadas.

Apesar de terem logrado construir um diálogo político sólido após mais de quinze anos de relações oficiais, os dois países não conseguiram evitar um sensível retrocesso nas manifestações mais concretas de intercâmbio bilateral (...) setores nos quais se encontrava em jogo a implementação efetiva de compromissos de cooperação, além da tomada de ações com vistas à evolução do intercâmbio, foram fortemente afetadas. (BECARD, 2008: 151)

As transformações institucionais empreendidas pelo governo Collor a fim de implementar as reformas neoliberais⁹ no Brasil não favoreceram a manutenção do ambiente positivo de trocas comerciais com a China. Além disso, as novas empresas brasileiras, agora privadas, não conseguiram aproveitar de forma satisfatória a abertura chinesa ao mercado internacional, apesar de na década anterior o Brasil ter construído uma parceria sólida e amplamente institucionalizada com a China. Em suma, o amadurecimento das relações comerciais na década de 90 definitivamente não atendeu às expectativas brasileiras, apresentando um caráter meramente residual.

Tal fenômeno pode ser explicado por uma crescente tendência na produção chinesa. Naquele momento sua indústria encarava a transição do básico para o moderno. Estava em curso na China: expansão do fluxo de comércio exterior; sofisticação da pauta de produtos exportados junto; redirecionamento do mercado alvo fazendo com que o Sul ficasse no segundo plano.

Apesar dos índices comerciais negativos percebemos duas iniciativas empresariais importantes naquele momento. Em 1992 a Companhia Brasileira de Projetos e Obras e a Andrade Gutierrez exploraram um projeto ambicioso em território chinês para a construção de empreendimentos no setor hidroelétrico. Um ano depois a CBPO chegou a abrir um escritório de representação em Pequim. No mesmo ano a Embraco, empresa nacional líder na produção de compressores, desenvolveu a primeira parceria do tipo joint-venture com uma empresa chinesa. Finalmente em 1995 foi criada em Pequim a Beijing Embraco Snowflake totalizando um investimento brasileiro de US\$ 53 milhões ficando responsável por 55% do capital da empresa.

Com o início do governo Itamar Franco as relações sino-brasileiras foram se normalizando, em certa medida, devido à retomada do enfoque de nossa política externa em países equivalentes (em termos de projeção de poder) no ambiente internacional. Foram editados mais de quinze atos internacionais bilaterais, quase todos no setor econômico e espacial. Tal fenômeno também se deve à aceleração das reformas econômicas internas na China o que os obrigou a encontrar novos mercados para incrementar suas exportações. Foi somente a partir de 1993 que a incômoda situação de decréscimo foi sendo revertida e as trocas comerciais voltaram à superar os números apresentados em 1985.

⁹ O governo Collor mudou a agenda política do país, no sentido de implementar políticas neo-liberais. As idéias nacional-desenvolvimentistas foram combatidas. Um vasto plano de reformas econômicas foi posto em prática, com o intuito maior de liberalizar o comércio (eliminação das restrições não-tarifárias e redução gradual das alíquotas de importação – cronograma de redução tarifária) e privatizar os entes públicos que estavam sob controle do Estado. Além disso, ele adotou radicais políticas de ajuste fiscal

A partir do último ano de governo do presidente Itamar Franco, o intercâmbio comercial sino-brasileiro entrou em uma fase de rápido crescimento que dura até o presente. O início dessa fase de crescimento acelerado se deve à abertura econômica do Brasil, mas também ao avanço das reformas econômicas na China que abriu espaço para uma melhor e maior inserção e adaptação desse país na economia internacional. (VILLELA, 2010: 5)

Do ponto de vista político-diplomático, as relações Brasil-China se desenrolaram muito bem na última década do século XX. Nos fóruns internacionais continuou a afinidade multilateral em matéria de não proliferação nuclear, paz, desenvolvimento e relações Norte-Sul, além do posicionamento semelhante na conferência do Rio sobre o clima. “Different from an alliance aiming at balancing or constraining other powers, the relationship is a kind of new partnership in the post-Cold War era.” (HAIBIN, 2010: 3) Também tiveram continuidade as diversas trocas de visitas entre autoridades ministeriais.

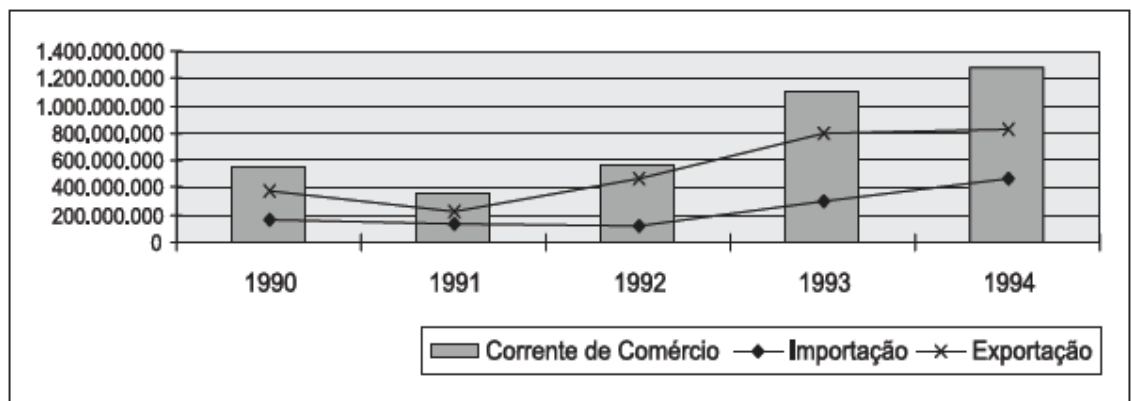
Em 1994 foi celebrado o Vigésimo Aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, destacando-se na ocasião a importância do grande número de atos bilaterais (cinquenta, até a ocasião) firmados desde a oficialização da parceria.

Nesse contexto aos poucos foi surgindo a alcunha de Parceria Estratégica entre os diplomatas e chefes de governo de ambas nações para designar o relacionamento bilateral sino-brasileiro. Segundo Biato Junior (2010), com a visita ao Brasil do Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, e recém-designado Presidente da China, Jiang Zemin, houve o estabelecimento da parceria. “O intenso ritmo de visitas de altos dirigentes chineses ao Brasil, ao longo de 1993, fez precipitar, talvez prematuramente, a constituição da Parceria Estratégica.” (BIATO JUNIOR, 2010: 71) Segundo Oliveira (2004) a expressão parceria estratégica considera o potencial de aprofundamento das relações a longo prazo; apesar de ser amplamente utilizada pelos dois países, ainda não se definiu exatamente nem o significado da expressão nem os mecanismos para o desenvolvimento da parceria.

Em se tratando de trocas comerciais, os vinte anos de relações diplomáticas não tiveram muito o que comemorar. A corrente de comércio Brasil-China logo no início da década de 1990 tendeu a estagnação. Com os baixos índices apresentados pelos produtos chineses exportados para o Brasil a balança comercial passou a marcar um perigoso grau de superávit para o lado brasileiro que se mostraria prejudicial à China. Sendo assim o próprio governo chinês tomou a iniciativa de salvaguardar seu mercado impondo cotas, restrições e barreiras protecionistas às importações brasileiras. O quadro de concentração em poucos produtos só piorou nesse momento.

Entretanto, com a inauguração da parceria estratégica e o estreitamento das ligações entre os dois países, as dissonâncias comerciais foram sendo dribladas. A partir de 1994 o imbróglio foi superado com a ampliação da demanda brasileira por produtos chineses, explicada pela estabilização econômica conquistada com o Plano Real, somado a aceleração do crescimento chinês depois de sobrepujadas as restrições causadas pelo episódio de Tianammen. Além disso, as reformas liberalizantes na China aumentaram o número de empresas exportadoras naquele país. Como podemos denotar do gráfico três as exportações brasileiras passaram de pouco mais de US\$ 380 milhões para quase US\$ 1 bilhão em 1994 (observar gráfico 3).

Gráfico 3: Balança Comercial Brasil-China (1990-1994) US\$FOB



Fonte: (BECARD, 2008: 175)

Enquanto a China aproveita o momento de estabilidade monetária e econômica dos brasileiros para vender seus produtos manufaturados (em sua maioria ainda de baixa qualidade), o Brasil deixa passar a tendência de liberalização chinesa e perde mercado de insumos e peças, concentrando-se na comercialização de commodities. Notamos assim que salto quantitativo nas exportações brasileiras não refletiu na qualidade dos produtos exportados; a tendência de primarização das nossas exportações começa a ser contundente neste período.

Durante os primeiros anos da década de 1990, instalou-se situação contraditória nas relações sino-brasileiras, em que o diálogo político-diplomático consolidado e o amplo aparato jurídico-institucional (...) conviveram com relações comerciais medíocres e cooperação científica e tecnológica submetida a sérios problemas financeiros. (...) Tanto o Brasil quanto a China tiveram dificuldades de criar medidas eficazes para ampliar o volume transacionado e diversificar a pauta de exportação e importação. (BECARD, 2008: 209)

O governo Fernando Henrique deu continuidade aos entusiasmantes avanços nas relações político-diplomáticas sino-brasileiras. FHC visitou a China em seu primeiro ano de mandato presidencial, estando em visita oficial àquele país entre os dias 12 e 17 de 1995, durante os quais foram firmados acordos em diversas áreas de interesse. A prioridade do momento era descomplicar o andamento do projeto CBERS, o que resultou na assinatura de vários acordos nesse sentido. A iniciativa surtiu o efeito esperado e reavivou o ânimo dos envolvidos.

Depois da entrada em vigor do Plano Real a pequena tendência de estabilização da balança comercial brasileira se reverteu¹⁰. Com a valorização forjada da moeda nacional frente ao dólar, exportar tornou-se desvantajoso, pois neste quadro o produto nacional manufaturado perdeu preço e competitividade no mercado internacional. Em contra partida, a estabilização econômica fez crescer a demanda por produtos importados, criando um grande déficit comercial para o Brasil. Além desses dois significativos agravantes inerentes à economia nacional, a crise asiática (1997) abalou bruscamente as relações comerciais do Brasil com todos aqueles países e de maneira especial com a China.

Entretanto em 1995, o Brasil finalmente pode comemorar verdadeiras altas nos indicadores de comércio com a China. Nas palavras de Biato Junior (2010: 77 – 78) “em termos absolutos, o comércio bilateral cresceu cerca de 600% entre 1991 e 1995 (...)” No que diz respeito ao leque de produtos presentes na pauta exportadora brasileira a situação se agravou. A partir de então os artigos manufaturados diminuem sua representação e poucos produtos básicos passam a representar quase 90% do *quantum* exportado do Brasil para a China. Assim como podemos deduzir da tabela 1, óleo de soja e minério de ferro representam 58,8% do montante vendido.

Do lado chinês, os interesses econômicos-comerciais no Brasil se concentravam em duas vertentes. De um lado, já em 1993, evidenciava-se o forte interesse chinês em aumentar a importação de minério de ferro brasileiro, fundamental para o abastecimento do setor siderúrgico chinês em franca expansão. (...) De outro lado, os chineses buscavam adquirir terras agricultáveis no Brasil para suprir a demanda alimentícia da China (...). (BIATO JUNIOR, 2010: 81)

¹⁰ A balança comercial acusou déficits de novembro de 1994 a junho de 1995 como consequência da abertura comercial, processo acelerado ao final de 1994 e do maior ritmo de crescimento da economia. Em 1995, houve déficits de US\$ 3,2 bilhões na balança comercial e de US\$ 17,8 bilhões em conta corrente. [<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/real26f.asp>]

Desta forma, percebemos que diante do incremento das exportações chinesas alavancada pelos produtos manufaturados, incentivados pela expansão e aprimoramento tecnológico do seu vasto parque industrial, os exportadores brasileiros apenas respondem à demanda chinesa por insumos que alimentem sua produção, concentrando de sua pauta exportadora em poucas commodities (ver tabela 1, pag.26).

Diante de tal situação, começa a se desenhar o atual quadro do padrão comercial Brasil-China. Ao contrário do que se perpetuou na década de 1980, onde o Brasil ainda exportava alguns produtos de relativo valor agregado (semimanufaturados a exemplo dos artigos siderúrgicos) na década de 1990 a estrutura do comércio se inverte, relegando aos brasileiros o papel de suprir a ávida demanda chinesa por insumos para sua indústria em plena expansão. Nesta mesma ótica afirma Barbosa e Mendes (2009: 328) que “China há realizado um up grading de sus exportaciones, de las cuales 91% se compone de bienes manufacturados y más de bienes de elevado coeficiente em tecnologia contra porcentajes de 5,2% para China y 12% para Brasil”.

Tabela 1: Principais produtos brasileiros exportados para a China

Descrição	1993		1994		1995	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part%.
Óleo de Soja	11,0	1,4	416,9	50,7	550,9	45,8
Minério de ferro	112,8	14,5	130,4	15,9	155,9	13,0
Açúcar	0	0	0	0	112,3	9,3
Ferro fundido, ferro, aço	532,3	68,3	175,3	21,3	96,5	8,0
Autopeças	1,8	0,2	0,8	0,1	68,2	5,7
Caldeiras/instrumentos mecânicos	37,2	4,8	21,5	2,6	47,6	4,0
Máq., aparelhos elétricos	1,7	0,2	2,7	0,3	27,4	2,3

Fonte: (BIATO JUNIOR, 2010:80)

As trocas comerciais entre esses dois países voltaram a ser abaladas no final da década de 1990. O Brasil enfrentou uma forte crise causada pela desvalorização de sua moeda quando passou a adotar o câmbio flexível (1999). Do lado chinês a crise asiática (1997) havia causado profundos estragos no sistema financeiros dos países da área o que causou a diminuição das exportações chinesas e um saldo negativo na balança comercial.

Como resultado, observa-se severa retração no intercâmbio comercial Brasil-China: depois de atingir a cifra de US\$2,2 bilhões em 1997 ele cai até chegar em US\$1,54 bilhão, número mais baixo desde 1994. Essa instabilidade gerou frustração brasileira em relação às

suas expectativas em estender ao viés comercial a parceria estratégica atingida no campo diplomático e técnico.

O desapontamento brasileiro pode estar assentado em quatro fatores: o saldo negativo na balança comercial de US\$552 milhões entre 1996 e 2000; o fato de nos anos oitenta o Brasil exportar produtos primários com maior grau de elaboração, a exemplo do óleo e do farelo de soja o que aos poucos foi sendo abolido, dando lugar à soja in natura (grão de soja); o minério de ferro que na década de 1980 era exportado depois de ser aglomerado ou fundido com outras ligas metálicas que passavam pela indústria siderúrgica antes de serem exportados; também podemos tomar como exemplo a indústria têxtil que deixou de vender produtos finalizados para exportar tecidos; outro episódio foi o embargo chinês a entrada das carnes brasileiras após a os surtos de febre aftosa em algumas regiões do Brasil.

Vender produtos de valor agregado, seja produtos industriais intensivos em trabalho, seja aqueles intensivos em tecnologia, sempre foi uma tarefa árdua para as economias em desenvolvimento. A China sempre procurou absorver tecnologia estrangeira e incorporá-la no seu processo produtivo, alargando a escala de produção para baixar o preço final do produto e galgar novos mercados. Inserido nessa lógica afirma Barbosa e Mendes (2008) que a China prioriza a exportação de produtos primários após passarem uma ou mais etapas na cadeia produtiva, dando ênfase, por exemplo, ao papel no lugar da celulose, ao alumínio ao invés da alumina e ao aço em relação ao ferro. Tal tendência é diametralmente aposta às expectativas brasileiras de agregar ciclos produtivos às suas exportações para a China tendo em vista reverter o déficit tecnológico da balança comercial.

A despeito das frustrações brasileiras no setor econômico-comercial da parceria estratégica, o ano de 1999 foi marcado por um acontecimento ímpar na história das relações sino-brasileiras, segundo Cabral (2000); além de marcar o vigésimo quinto aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas (que foi celebrado com o primeiro Seminário Brasil-China¹¹), em outubro deste ano foi lançado ao espaço o satélite de sensoriamento CBERS 1, constituindo um marco simbólico nesse projeto que foi qualificado como modelo para parcerias Sul-Sul.

¹¹ O evento foi organizado pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e mobilizou diplomatas, empresários e acadêmicos tanto brasileiros quanto chineses.

A estabilização das relações diplomáticas e o crescimento em direção à China do fluxo de comércio brasileiro (2000 – 2008)

O nascer do século XXI concomitante ao início da era Lula trouxe boas perspectivas para as relações sino-brasileiras, inaugurando o que BARBOSA e MENDES (2008: 47) intitularam de “uma nova era nas relações diplomáticas”.

Paralelamente à busca de intensificação do relacionamento comercial bilateral em bases favoráveis ao Brasil, o início dos anos 2000 foi também marcado por um renovado interesse geopolítico brasileiro na intensificação do relacionamento com a China. (BIATO JUNIOR, 2010:135)

Depois de sobreviver a um longo período em estado de exceção seguido por duas décadas de reformas econômicas e abertura comercial, finalmente a China mostrou para o mundo seus dotes e anseios, solidificando seu poder econômico e político nas relações internacionais. As restrições impostas pelos EUA nas décadas de oitenta e noventa foram superadas pela consolidação da economia chinesa que alcançou o posto de segundo maior mercado mundial e a com mais potencialidade de crescimento no mundo.

Enquanto isso o Brasil também ganhava mais força política no cenário internacional, agora acompanhada de um relativo ganho de poder econômico. Com o governo Lula a agenda terceiro-mundista retomou a dianteira da política externa brasileira. O Brasil chamou para si a responsabilidade de representar os Países do Sul nos foros multilaterais. Essa nova perspectiva estava centrada na parceria com as grandes potências emergentes representadas pelo grupo dos BRIC. “O que se visa é uma estratégia de posicionamento comum frente ao atual estágio de negociação nos diferentes fóruns multilaterais.” (OLIVEIRA, 2004: 20) As iniciativas brasileiras nesse sentido foram diversas, sempre se utilizando das ferramentas multilaterais (ONU e na OMC e ajudando a criar o G20 e o IBAS)¹².

O relacionamento sino-brasileiro sempre se apresentou como altamente promissor pela constatação de inúmeras complementaridades no plano econômico e pela contínua presença em ambos os países de uma real

¹² A posição de potência do Sul ocupada pelo Brasil o coloca em meio ao centro e a periferia da atual ordem global e, também, no nexos das políticas internacional e regional. Tal situação limita suas opções de política externa, face ao esmagador poder material (*hard power*) da atual hegemonia. Embora o Brasil desfrute de crescente influência, ainda está localizado na periferia do atual sistema mundial e comanda recursos materiais relativamente modestos. Tendo em vista este cenário a posição brasileira frente à política internacional tem agido segundo o modelo de *soft balancing*. O mesmo envolve estratégias institucionais como a formação de coalizões ou alianças diplomáticas, como o IBAS, o G3 e o G21, para restringir o poder dos Estados Unidos e de outras grandes potências estabelecidas. Essa estratégia institucional é referida também como um “amortecimento” e almeja estender o espaço de manobra de Estados mais fracos *vis-à-vis* Estados mais fortes. (FLEMES, 2010)

vontade política de estabelecimento de uma cooperação tanto no plano bilateral quanto no multilateral. (...) Neste sentido, o Brasil apresenta uma perspectiva de cooperação similar à visão da política externa chinesa. Isto é, o relacionamento brasileiro com o Leste Asiático, no plano geral, e com a China especificamente, tem uma expressão estratégica no seu processo de inserção internacional, com conteúdo tanto econômico quanto político. (OLIVEIRA, 2010: 91)

Segundo Deliang (1999: 401) esse modelo de cooperação pode conferir a ambos mais poder de barganha ao negociar com países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, encabeçando a luta nas nações em desenvolvimento contra a política de poder hegemônico empreendido pelas grandes potências capitalistas.

O mandato do presidente Lula teve início em 2003, mesmo ano em que a China atingiu a marca de terceiro maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás apenas dos EUA e da Argentina. A visita feita pelo presidente brasileiro à China no ano seguinte refletiu a importância dessa parceria que de preferencial passou a ser prioritária nas palavras de Biato Junior (2010: 147). A visita transcorreu do dia 22 ao dia 27 de maio de 2004. A comitiva presidencial foi composta por sete ministros, seis governadores, dez deputados e um senador além de uma grande caravana de aproximadamente 400 empresários. No total foram assinados nove tratados e quatorze contratos empresariais. Os números apresentados demonstram o novo caráter da parceria estratégica que no momento o governo brasileiro tentava reacender.

Os temas debatidos durante a missão diplomática-empresarial brasileira a China variaram muito. Entretanto, a agenda que ganhou maior relevo foi: “direitos humanos na China; apoio à candidatura do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; processo do reconhecimento do status da China como país de economia de mercado; colaboração no plano multilateral.” Becard (2008: 248). Os frutos da visita também foram diversos. Foi instituído o Comitê Conjunto de Coordenação Agrícola e constituiu-se a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível¹³. As duas questões mais delicadas (reforma do conselho de segurança e reconhecimento da China como economia de mercado) foram discutidas, mas não se chegou a um consenso. Quanto a questão dos Direitos Humanos o Brasil acabou votando a favor da China na Comissão de Direitos Humanos da ONU em 2004.

Do ponto de vista empresarial e comercial a visita também demonstrou ter obtido êxito. Aquela foi a maior comitiva de empresários já registrada na história da política externa

¹³ A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação tem por escopo orientar e coordenar o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países, sendo co-presidida, pelo lado chinês, por um Vice Primeiro Ministro do Conselho de Estado da China e, pelo lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República. As reuniões da Comissão de Alto Nível realizar-se-ão, em alternância, no Brasil e na China. Contém ainda subcomissões setoriais afim de aprofunda o diálogo bilateral nas áreas política, econômico-comercial, científico-tecnológica, espacial, agrícola e cultural.

brasileira. Foi criado do Conselho Empresarial Brasil-China composto por 44 empresas brasileiras e chinesas fundado com o desígnio de aprofundar o nível de intercâmbio empresarial, facilitar a troca de informações, e mapear as oportunidades econômico-comerciais, fomentando o diálogo e a troca de investimentos. A visita também foi marcada pela inauguração do escritório da Petrobras, da VARIG e da bolsa de valores paulista BM&F em Shanghai. Importantes projetos de comércio também foram anunciados. A Vale do Rio Doce firmou um contrato com empresas locais para a produção e exploração de ligas metálicas na China, além de um outro contrato que avançou a construção do Pólo Siderúrgico de São Luiz (estado brasileiro do Maranhão) para a produção de aço.

Poucos meses depois da visita, o presidente chinês Hu Jintao a retribuiu com uma missão diplomática à América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Cuba). O chefe de governo daquele país veio acompanhado de 150 empresários e permaneceu no Brasil por cinco dias, resultando na assinatura de oito acordos bilaterais. O fruto mais decisivo da viagem foi o reconhecimento, pelo estado brasileiro, da China como Economia de Mercado¹⁴. Este ato gerou muita controvérsia na opinião pública nacional e principalmente do setor industrial representado pela FIESP. Afirma-se que “o Brasil poderia ter negociado o reconhecimento da China como de mercado em troca de algumas concessões mais concretas, como outros países estariam fazendo.” (PEREIRA e FILHO, 2005: 30) Do ponto de vista comercial, o acordo mais importante foi aquele por meio do qual foi viabilizada (por meio da quebra das barreiras sanitárias impostas pela China) a exportação de carne suína e de aves para a China. Sob o aspecto da parceria tecnológica, foram firmados dois protocolos sendo que o mais significativo assegurava o desenvolvimento de outro satélite pelo Projeto CBERS (Acordo para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS 2B).

Os sucessivos atos do governo chinês sinalizando sua inércia em apoiar a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU contribuíram para o arrefecimento das relações políticas sino-brasileiras a partir do ano de 2005¹⁵. Podemos perceber o desânimo e a frustração da diplomacia brasileira, que sempre esperou contrapartidas do governo chinês em razão da “parceria estratégica” e também do forte apoio político às aspirações chinesas na OMC e na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Além dos supracitados indicadores,

¹⁴ A principal consequência do Brasil reconhecer a China como economia de mercado nos termos do acordo da OMC é a mudança nos critérios de investigações para detectar *dumping*.

¹⁵ A relutância por parte da China apoiar a iniciativa brasileira na luta pela reforma do Conselho de Segurança reside em conflitos históricos entre a China e o Japão (pertencente ao G4 junto ao Brasil, Índia e Alemanha) além da falta de interesse em compartilhar com um número maior de atores o status/posto/poder de pertencer ao seletto grupo de apenas cinco países.

fortes pressões internas de grupos empresariais e da mídia nacional pressionaram o governo a favorecer menos a China em suas relações diplomáticas devido a situações comerciais que serão apresentadas a diante.

É característico à política externa chinesa adotar um posicionamento conservador, muitas vezes neutro em assuntos importantes do jogo político internacional. Sua ascensão é baseada em paradigmas pacifistas e contra o ativismo em assuntos controversos. A China do século XXI abandonou sua política de contestação à ordem internacional vigente, caracterizando-se como potência “satisfeita” com o *status quo*, o que resulta na limitação da fluidez da cooperação bilateral sino-brasileira criando um mal-estar entre os dois países. (BIATO JUNIOR, 2010: 192). Estava claro que o gradual processo de diferenciação geopolítica afastou os interesses comuns que levaram a aproximação entre Brasil e China no passado.

Como prova dessa nova atitude, cumpre destacar o distanciamento do Brasil em relação à China no que se refere aos entendimentos bilaterais e ao posicionamento do país nos fóruns multilaterais. (...) O objetivo da diplomacia brasileira é endurecer na defesa dos interesses nacionais, mas sem comprometer a parceria estratégica, (...). (BARBOSA e MENDES, 2008: 48-49)

Com a visita do Vice-Presidente brasileiro José Alencar à China, em março de 2006, com o desígnio de liderar a reaproximação política entre os dois países por meio do estabelecimento formal da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, as relações bilaterais se estabilizaram. Com respaldo nesse movimento de reaproximação observamos a convergência de interesses no alinhamento entre Brasil e China nas reuniões do G20 financeiro e também em Copenhague. A iniciativa de fortalecer e institucionalizar o grupo do BRIC também reforça essa tentativa.

Ao contrário do que podemos inferir das atitudes brasileiras nos fóruns internacionais, o governo chinês não deseja promover alterações significativas na atual ordem política e econômica internacional. Sua atitude de passividade e conservadorismo em relação à atual conformação do sistema internacional, corroborando com o mesmo, implica na estagnação nos processos de reforma do CSNU, FMI, do Banco Mundial e da OMC, o que demonstra as dissonâncias de interesses entre a “diplomacia satisfeita” da China e o desejo de reformulação defendido pelo Brasil.

Podemos citar outro exemplo da falta de convergência de interesses entre Brasil e China nos últimos anos. Além da reforma do CSNU, a questão da queda das barreiras tarifárias discutidas no âmbito da OMC revela o mesmo fenômeno. A China mais uma vez se

posiciona ao lado das grandes potências, desta feita, na defesa da liberalização tarifária aplicada a produtos manufaturados e em oposição ao interesse das nações em desenvolvimento que defendem a liberalização agrícola.

Em detrimento da situação que fora apontada, depois da grande crise econômica e financeira internacional de 2008, a situação começou a se inverter. As grandes economias emergentes passaram a ter um peso decisório bem maior nos fóruns internacionais, o que acabou potencializando a reaproximação da cooperação sino-brasileira no cenário multilateral.

A coordenação desses países institucionalizada no âmbito das reuniões dos BRIC materializa tal cenário. Biato Junior afirma que a coordenação estreita no âmbito dos BRIC, mas atuando operacionalmente por meio de um reforçado G-20 financeiro, Brasil e China vem tendo voz cada vez mais ativa nos órgãos internacionais, consolidando a voz comum dos emergentes no FMI, Banco Internacional e na Conferência do Meio Ambiente de Copenhague (agrupamento BASIC).

CAPÍTULO 2: Tendências do comércio sino-brasileiro na primeira década do século XXI (primarização da pauta de exportações brasileira)

O lugar da China no Comércio Internacional

Para podermos analisar de forma satisfatória as tendências da atual corrente de comércio Brasil-China é importante compreender o funcionamento da economia Chinesa. Devemos ter em mente o papel do comércio internacional diante do projeto de desenvolvimento daquele país; compreender um pouco a composição de sua pauta importadora e exportadora; e finalmente identificar algumas tendências da demanda das importações chinesas para o futuro.

É indubitável a enorme relevância da China para a sustentação do crescimento econômico global nas três últimas décadas. Desde sua abertura em 1978 até 2008, ela vem crescendo em média 10% ao ano, ocupando, hoje, o posto de segunda maior economia do mundo, ficando atrás somente dos EUA.

Esse excepcional crescimento do PIB está intrinsecamente relacionado à centralidade do comércio internacional na estratégia de desenvolvimento chinês (o aumento das exportações foi o ponto fulcral da tática chinesa; de menos de 5% do PIB em 1978, elas

passaram a representar 38% 2008). “Nota-se que, em meados dos anos 1980, a China representava cerca de 1% das exportações mundiais – peso equivalente ao do Brasil -, atingindo, em 2008, uma participação de 8,9%” (CUNHA, 2010: 12). Esses números evidenciam a “responsabilidade da China pela mudança recente dos fluxos comerciais mundiais e mostra a importância do papel desempenhado pelo comércio internacional na estratégia de crescimento chinês”. (ACIOLY, PINTO, CINTRA, 2011: 07)

No que se refere ao que é produzido e exportado pela China podemos destacar a considerável variedade de itens. Logo no início de sua abertura, na década de 1980, o governo deu ênfase às indústrias de base, com fortes investimentos estatais. Também naquele momento, ganharam importância as indústrias de transformação e de montagem trazidas pelo capital estrangeiro (produção de bens intensivos em mão-de-obra¹⁶). Com o passar dos anos a China transformou-se no grande produtor mundial de manufaturados com baixo valor agregado (têxtil, calçados e brinquedos), entretanto, não era essa a intenção governamental. Com uma política estratégica de incentivos fiscais e financeiros às indústrias tecnológicas, o quadro produtivo iniciou um processo migratório, passando a produzir em larga escala produtos de ponta, transformando a China numa grande plataforma de montagem de produtos de alto valor agregado.

[...] a China realizou um deslocamento das suas exportações de produtos menos complexos, em especial intensivos em trabalho, para bens de alta e média intensidade tecnológica [...]. Impulsionou um processo de sofisticação de suas plantas produtivas e comandou um processo de difusão de tecnologia de ponta em setores chaves da indústria (como microeletrônica e energia). (OLIVEIRA, LEÃO, CHERNAVSKY. 2010: 85)

Devido à estratégia adotada pelo governo baseada na atração de investimentos estrangeiros pelas joint-ventures¹⁷ a tecnologia foi absorvida e os produtos começaram a ser projetados e produzidos na China. Em 2000 essa tendência se mostrou ainda mais forte, foi a partir de então que os bens intensivos em tecnologia passaram a ser o principal item de exportação da China¹⁸, principalmente em direção aos mercados de países desenvolvidos.

¹⁶ Podemos citar alguns exemplos de cadeias produtivas intensivas em trabalho: têxtil, vestuário, calçados e móveis.

¹⁷ A sistemática de funcionamento das joint ventures serão estudadas no capítulo 3 desta monografia.

¹⁸ Em 2006 a China ultrapassou os Estados Unidos, Alemanha e o Japão, tornando-se o maior exportador de produtos de alta tecnologia (US\$ 343,9 bilhões exportados contra US\$ 323,8 bilhões apresentados pelos EUA).
FONTE: Ministério da Fazenda
[<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=483716>]

O crescimento do market-share da China no mercado dos Estados Unidos e da Europa está relacionado, então, com a mudança da estrutura de suas exportações em direção aos maquinários, telecomunicações e bens de consumo eletrônicos e equipamentos de informática. Por outro lado, o déficit nos mercados em desenvolvimento refletem o crescimento da demanda chinesa por commodities primárias (como óleo cru e cobre), bens intermediários (componentes de produtos eletrônicos e outros bens de consumo duráveis), e bens de capital (em consequência das elevadas taxas de investimento da economia). (CUNHA, XAVIER, 2010: 495)

No que se refere às importações é interessante notar que a cada ano vem crescendo o volume de bens intensivos em tecnologia que entram na China. Em certa medida, isto ocorre por conta do grande número de indústrias multinacionais de transformação e montagem de produtos tecnológicos existentes naquele país¹⁹. Por outro lado nota-se que também tem aumentado a demanda por produtos primários (matriz energética, mineral e alimentos). Proporcionalmente a entrada de bens básicos se mantém baixa desde a segunda metade da década de 1980, entretanto, em termos quantitativos, tem crescido desde 2002, provocando, inclusive, uma forte valorização nos preços das commodities (ver tabela 6, pag. 38).

Entre as décadas de 1990 e 2000, as importações desta categoria de bens (primários), necessários à sustentação do acelerado ritmo de crescimento econômico do país, aumentaram quase oito vezes sua participação, passando de 2% em 1990 para 15% em 2008. (CHERNAVSKY, LEÃO. 2010:76)

O modelo de desenvolvimento econômico protagonizado pela China nas últimas décadas resultou numa forte concentração social e regional da renda. O crescimento da renda média da população apresenta índices fantásticos, enquanto os indicadores sociais evoluem no nível bem mais lento. A vida dos chineses residentes no interior do país pouco mudou. As políticas governamentais sinalizam a tentativa de ajustar o padrão de crescimento por meio do reforço de ampliação do consumo das famílias, sobretudo os de baixa renda, e da desconcentração regional dos investimentos para sustentar, posto que com taxas um pouco menores, o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades.

O padrão de crescimento chinês, a despeito do extraordinário avanço do país, precisa tornar-se mais equilibrado, coordenado e sustentável, sobretudo no que diz respeito: à necessidade de recursos naturais crescente, num contexto de restrição ambiental; ao desequilíbrio entre investimento e consumo; à disparidade de renda; ao desenvolvimento desigual entre áreas urbanas e rurais e entre regiões; à dificuldade do desenvolvimento da

¹⁹ Esse tipo de produto recebe componentes de todas as partes do mundo, geralmente são desenvolvidos em um país, fabricados em vários outros e montados na China. É conhecido como comércio intraindústria, comum nas atividades de processamento que importam bens intermediários para processamento e exportam produtos finais.

capacidade de inovação científica e tecnologia, entre outros problemas (JAIBAO, 2011, In ACIOLY, PINTO, CINTRA. 2011: 18)

Essa série de mudanças programadas pelo governo deverá desencadear um ciclo de renovação no padrão de demanda. Com o deslocamento do consumo para as famílias e a melhor distribuição de renda, a procura por alimentos, bens de consumo e energia consequentemente irão disparar.

A quantidade de chineses abaixo da linha da pobreza ainda é enorme. Quando essa massa passar a consumir, a primeira classe de produtos a ser atingida será o segmento alimentício. Além disso, para sustentar o crescimento na meta dos 7% a.a. a demanda por matérias primas e recursos energéticos continuará a crescer (mesmo que em ritmo menor ao que presenciamos na atualidade).

Como consequência desse fenômeno “a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas e alimentos reitera a posição altista dos preços das commodities, [...] No âmbito produtivo, a mudança do modelo chinês pode significar transformações estruturais na divisão internacional do trabalho e das próprias plantas de produção, em virtude da tendência de elevação dos preços das commodities, [...]” (ACIOLY, PINTO, CINTRA. 2011: 19)

Os impactos macroeconômicos no Brasil: Primarização e desindustrialização da economia frente à demanda e à concorrência chinesa

Não é o propósito deste trabalho investigar a formação econômica brasileira. Entretanto, para o completo entendimento do tema proposto, é essencial compreendê-la, a fim de vislumbrar onde se situa a industrialização nesse cenário para depois apresentarmos os impactos das relações econômicas com a China no projeto de desenvolvimento nacional.

O Brasil passou por seu processo de modernização econômica tardiamente. Ainda hoje a indústria nacional suporta dificuldades ao tentar inserir-se no mercado externo. Assim como ocorreu na maioria dos países, a indústria brasileira só ganhou destaque e importância econômica real a partir de momento que o governo a reconheceu como essencial para a nação e passou a adotar medidas de incentivo ao seu desenvolvimento.

É complicado identificar pontualmente quando nasceu a política industrial brasileira, mas, possivelmente, os surtos de modernização tiveram início no período após a Segunda Guerra Mundial (nos governos Vargas e Juscelino Kubitschek), sempre mal vista pelos que acreditavam na nossa vocação agrícola.

A política de substituição de importações, impulsionada pela irradiação dos lucros das exportações do setor cafeeiro (o que proporcionou um forte acúmulo de capital), deu início à transição do Brasil agrário para o urbano-industrial depois da Crise de 1929.

Mas foi somente no mandato do Presidente Vargas que uma política de planejamento e incentivo a industrialização ganhou impulso. Em 1950 o governo tenta implantar, sob a forma de empreendimentos estatais, a indústria de base no país (até aquele momento só havia resquílios de industrialização no setor de bens de consumo não duráveis). De forma a complementar as políticas de incentivo à indústria, a Superintendência da Moeda e do Crédito condicionava as importações aos seus interesses.

O plano de metas do governo Kubitschek deu seguimento aos avanços do processo de substituição de importações. Ele priorizou setores deficitários, como: energia, transporte e a indústria siderúrgica. Além de abrir o país para os investimentos externos

No Período Militar o plano econômico ortodoxo e a política de apoio ao desenvolvimento pela industrialização ganharam fôlego e apoio do regime, colocando o Brasil num cenário de catching-up (CHANG, 2004). De 1947 a 1990 a economia brasileira cresceu em um ritmo médio de 7,5% ao ano.

Apesar deste importante surto industrial vivido desde a era Vargas, até o final da década de 1970, a política substituição de importações e o planejamento estatal do desenvolvimento econômico brasileiro não conseguiram montar uma base industrial sólida. O frágil parque produtivo existente, em vários segmentos, não consegue inserir-se no mercado global, ou mesmo competir com produtos importados no Brasil. Essa debilidade ficou demonstrada depois do fim do protecionismo estatal na década de 1980 e da abertura econômica neoliberal nos anos 90.

O Brasil ainda hoje sofre por não ter dado a importância e o incentivo necessário à modernização de sua economia. Seus produtos têm pouca competitividade internacional. Ainda são predominantes na nossa cadeia produtiva as matérias intensivas em mão-de-obra e em recursos naturais²⁰. São poucos os exemplos nacionais de empresas de tecnologia de ponta com capacidade encarar a concorrência no mercado globalizado²¹. Apesar da mal falada

²⁰ Cadeias produtivas intensivas em recursos naturais: alimentos e bebidas, produtos de madeira e fabricação de papel.

²¹ Segundo um estudo anual publicado pela Booz & Company Global Innovation 1000 as quatro empresas brasileiras que mais investem em pesquisa são (em ordem decrescente) a Petrobras, Vale, Embraer e Cia. Paranaense de Energia. É importante notar que todas, exceto a Embraer, estão envolvidas na produção e exploração de commodities. <http://www.booz.com/media/uploads/Innovation_1000-2009.pdf>

vocação agrícola, é o agronegócio que tem estimulado o crescimento de nossas exportações nas últimas décadas.

Dito isto, devemos expor como o fenômeno China se insere neste contexto. A ascensão deste país no mercado mundial tem provocado mudanças significativas nos paradigmas conceituais da economia política internacional (como fora exposto na seção anterior desta monografia). A divisão internacional do trabalho está sendo realocada. O fluxo de produção de artigos intensivos em recursos naturais e os de baixa intensidade tecnológica, migraram para os países asiáticos circunvizinhos à China. Houve uma forte expansão do consumo de matérias primas alavancada pelo processo de industrialização chinesa, o que, de certa forma, causou a desvalorização dos preços de vários produtos manufaturados em detrimento da sobrevalorização das commodities. Esse novo circuito de produção transformou a China no centro propulsor da produção no mundo; é o que Antonio Barros de Castro chama de “deslocamento do centro de gravidade do crescimento econômico mundial em direção à Ásia”.

Estima-se que o ciclo de crescimento da produção chinesa seja responsável por no mínimo 25% da variação da renda mundial. (CUNHA, BICHARA, MONSUETO LÉLIS, 2010) Esse ritmo resultou numa redistribuição do poder e riqueza em nível mundial.

Tendo em vista essa série de mudanças estruturais no ambiente econômico internacional, é de extrema relevância perceber como o Brasil tem reagido a tais transformações (cuja autoria é atribuída frequentemente à China). Como já foi dito no primeiro capítulo deste estudo, o governo brasileiro tem percebido o potencial chinês, desde seus primeiros passos da sua abertura econômica. A iniciativa de diversificação das relações diplomáticas e o pragmatismo político contribuíram para que as relações sino-brasileiras se alargassem progressivamente há um bom tempo. Todavia, foi somente no século XXI que a sociedade civil, empresarial, acadêmica e política passou a enxergar a real importância da China para as relações internacionais contemporâneas.

A China já é o maior importador do Brasil, ultrapassando parceiros históricos com Japão, Argentina e EUA. O gigante asiático absorveu 15,25% das exportações brasileiras e originou 12,5% das importações em 2010. O crescimento apresentado pela tabela abaixo é extraordinário, tendo em vias a crise que abateu o mundo a partir de 2008.

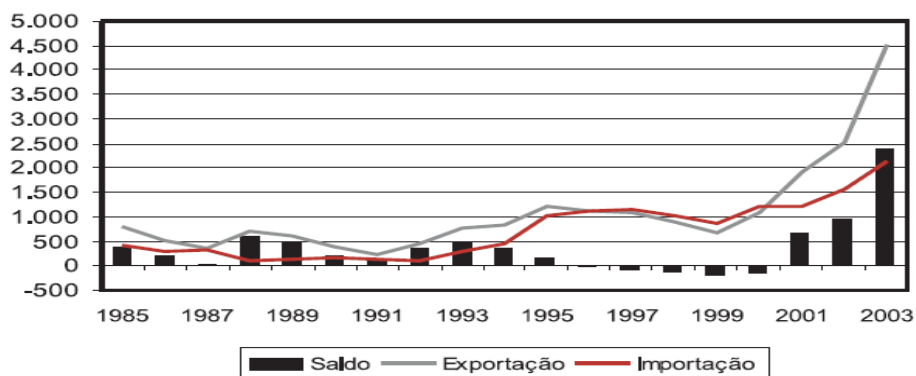
Tabela 2: Principais Mercados Destino das Exportações Brasileiras

	(US\$ FOB milhões)							
	2010		2009		2008		2007	
	Jan-Dezembro	%	Ano	%	Ano	%	Ano	%
TOTAL GERAL	201.915	100	152.994	100,00	197.942	100,00	160.649	100,00
China	30.786	15,25	20.191	13,20	16.403	8,29	10.749	6,69
Estados Unidos	19.307	9,56	15.601	10,20	27.423	13,85	25.065	15,60
Argentina	18.522	9,17	12.785	8,36	17.605	8,89	14.417	8,97
Países Baixos (Holanda)	10.227	5,07	8.150	5,33	10.482	5,30	8.841	5,50
Alemanha	8.138	4,03	6.175	4,04	8.851	4,47	7.211	4,49
Japão	7.141	3,54	4.269	2,79	6.114	3,09	4.321	2,69

Fonte: SISCOMEX

O bom desempenho comercial apresentado pela China favoreceu o crescimento de economias periféricas especializadas na produção em larga escala e a custos baixos de matérias primas. “Os superávits chineses favorecem a transferência de capitais para as economias emergentes” Barbosa e Mendes (2006:3). O Brasil é apenas um exemplo deste fenômeno²². Entretanto, a notoriedade do caso brasileiro é explicada pelo valor estratégico dos seus bens exportados e também pela importância de seu mercado nacional para o consumo do excedente dos manufaturados chineses.

Em apenas quatro anos (1999 – 2003), as exportações brasileiras para a China mais que quadruplicaram, enquanto as importações não seguiram o mesmo ritmo, ainda que apresentando o significativo crescimento de 150% (como podemos identificar no gráfico 7). O resultado é um enorme saldo na balança comercial para o Brasil. Em 2003, o Brasil obtém um superávit de US\$ 2,4 bilhões com a China, o qual representa 10% do saldo comercial total do país.

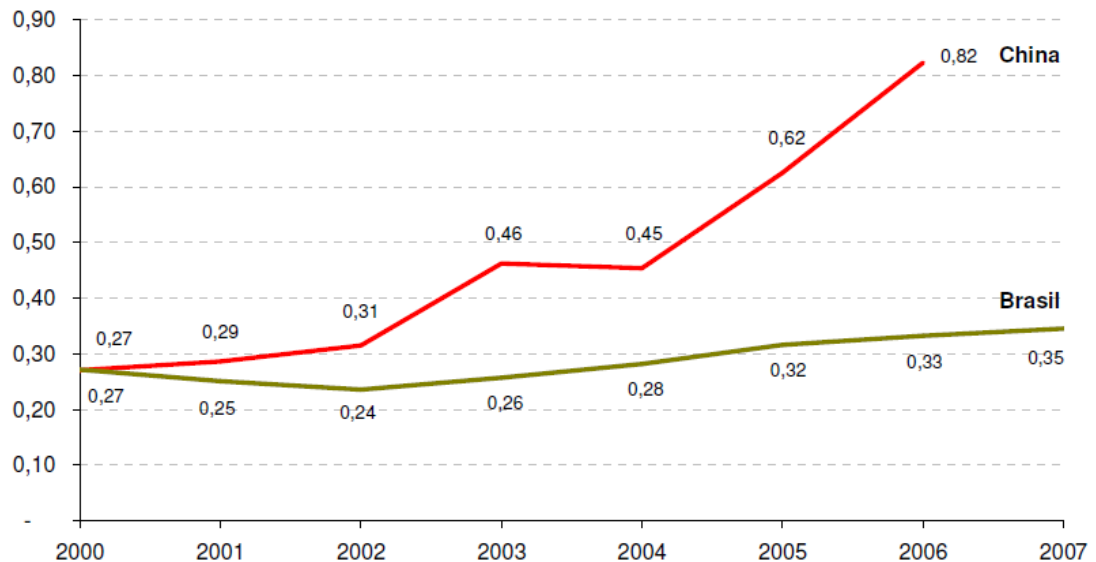
Gráfico 4: Saldo comércio do Brasil com a China (US\$ milhões) – (1985–2003)

Fonte: (RIBEIRO e POURCHET, 2004: 14)

²² A combinação de aumentos recordes nos preços das commodities, desde logo potencializado pela especulação em um ambiente de excesso de liquidez e falta de regulação, e estabilidade nos preços industriais produziu um choque favorável nos termos de intercâmbio dos países em desenvolvimento. (CUNHA, BICHARA, MONSUETO LÉLIS, 2010: 17).

Na mesma proporção que o saldo da balança comercial é favorável ao Brasil, a intensidade tecnológica do que é comercializado é vantajoso para a China. O gráfico abaixo relaciona o montante em peso do que é vendido com o seu preço por Kg, o que indica a debilidade e a desvalorização notória do produto comercializado pelo Brasil.

Gráfico 5: Brasil Vs. China – valor por Kg exportado (2000–2007)



Valor medido em US\$ por KG

Fonte: (DECOMTEC/FIESP, 2008: 17)

Esse cenário de aversez por matérias primas e desvalorização de produtos industrializados ocasionou uma forte alta nos preços das commodities. Nos últimos anos percebemos uma sobrevalorização do petróleo, das commodities metálicas e dos alimentos²³.

A China pode ser protagonista de boa parcela dessas tendências (ver gráfico 6), provocada por alguns fatores como: acelerado processo de urbanização²⁴; políticas sociais de distribuição de renda; explosão imobiliária. Esse movimento demanda matéria prima, que apesar de farta em território chinês, é ainda insuficiente diante de tamanha procura. Este fenômeno vem quebrando uma tendência de deslocamento decrescente dos preços das commodities²⁵ (CASTRO, 2007). Podemos observar em números o que fora apresentado através do gráfico 6.

²³ Entre os anos de 2000 e 2010 o valor do minério de ferro no mercado internacional subiu 406% e o da soja 162% (ARBACHE, 2011: 9).

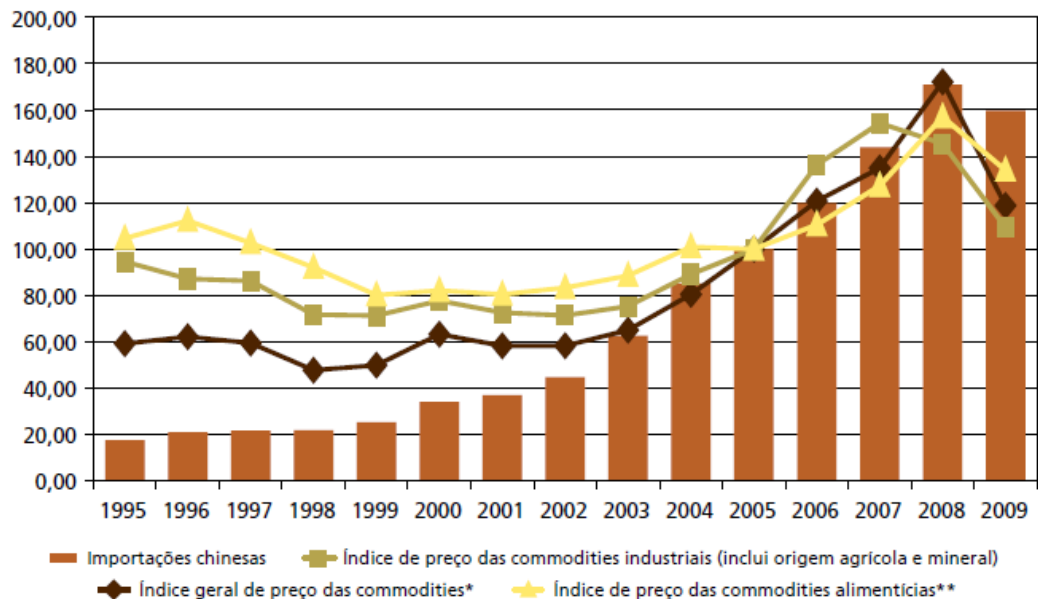
²⁴ Aproximadamente 1% da população sai do campo para a cidade por ano, num montante de mais de 1,4 bilhões de pessoas.

²⁵ A pressão exercida sobre o valor dos recursos naturais provem do crescimento de economias emergentes habituadas a estimular a produção de manufaturas e com enormes contingentes populacionais, demandando tanto energia quanto alimentos e minerais.

Com uma formação bruta de capital superior a 40% do PIB, a economia chinesa se tornou um sorvedouro dos materiais e insumos que corporificam os investimentos²⁶.

O surgimento na China de uma vigorosa indústria de transformação tem como corolário o aumento da demanda chinesa por matérias-primas e insumos industriais estrangeiros, para sustentar sua poderosa máquina de exportação. Sob o impacto da nova demanda chinesa, sobrevém um aumento geral e consistente nos preços internacionais de matérias-primas, nos segmentos de metais, alimentos e energia. (BIATO, 2010: 108)

Gráfico 6: Índices de preços de commodities e importações chinesas, 1950-2009



Fonte: (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Inserção Internacional Brasileira Soberana ; Livro 3)

O resultado da balança comercial entre os dois países, embora sinalize a forte demanda chinesa por produtos básicos, não significa que o Brasil esteja inexoravelmente destinado a manter-se como fornecedor de matérias-primas.

O mais importante a ser inferido deste fenômeno são as tendências apresentadas por este importante, porém, recente fluxo de comércio Brasil-China. É essencial questionar o interesse brasileiro na manutenção desse status: se isto pode contribuir para o projeto de desenvolvimento econômico nacional ou é uma circunstância momentânea. Temos que

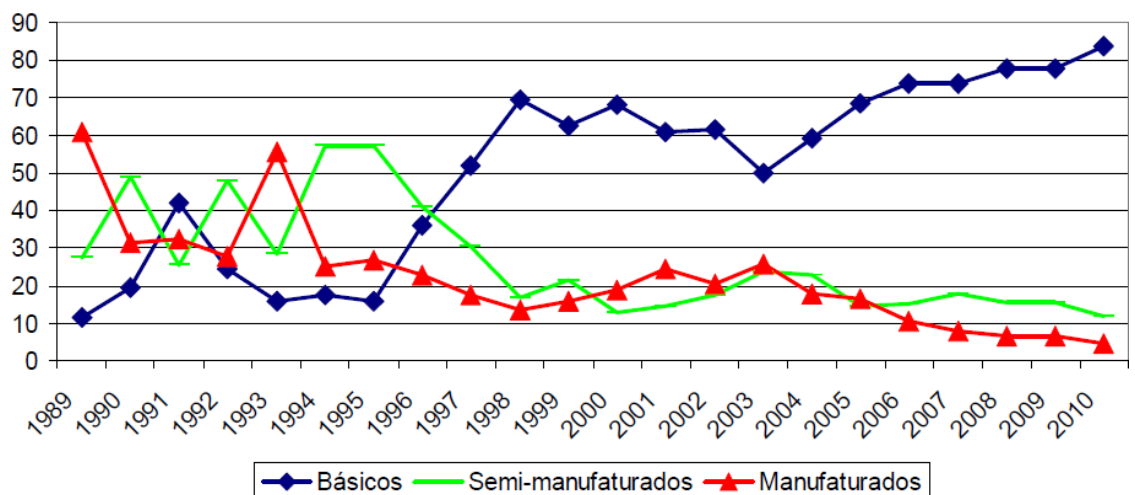
²⁶ A transformação da China de exportadora para importadora líquida de alimentos deu-se a partir de três fenômenos que se acentuaram no fim dos anos noventa: o crescimento da população urbana (passou de 200 para 500 milhões em 20 anos) e conseqüente diminuição da agricultura de subsistência já que o processo de imigração transformou o homem do campo em operários urbanos; ganho de renda da população chinesas que se traduz no aumento do consumo de alimentos; melhoria no padrão de alimentação da população como resultado do aumento da sua renda. Estudos apontam que o Brasil possui excedentes exportáveis para quase todos os produtos agrícolas de que a China é carente.

estudar de que forma o comércio sino-brasileiro pode determinar o fracasso da indústria nacional ou sua derradeira consolidação.

Em 1989, os produtos básicos representavam 11,7% das exportações brasileiras para a China, mas, em 2010, eles já haviam saltado para 83,6%. Os produtos manufaturados, que representavam 60,8% das exportações em 1989, passaram para 4,5% do total em 2010 (figura 4). Nesse ano, minério de ferro e seus concentrados, sementes e oleaginosas e petróleo responderam por nada menos que 82% das exportações brasileiras à China. (ARBACHE, 2011: 9)

Como já fora exposto superficialmente no primeiro capítulo deste trabalho, a composição da balança comercial Brasil-China mudou bastante no decorrer da história. Na década de oitenta as exportações brasileiras eram pouco diversificadas, mas a indústria estava presente neste mercado; tanto eram vendidos artigos siderúrgicos, quanto minerais e óleos vegetais. Naquela época, Brasil e China apresentavam praticamente o mesmo nível tecnológico e de desenvolvimento econômico. A presença de artigos manufaturados e semi-manufaturados na pauta de produtos exportados pelo Brasil era significativa. Entretanto, como podemos observar no gráfico dez, a situação começou a mudar nos anos noventa, quando as disparidades começaram a aflorar e a indústria brasileira passou a perder mercado, tanto no mundo quanto na China.

Gráfico 7: Exportação brasileira pra a China por fator agregado – (%) total das exportações.



Fonte: (ARBACHE, 2011: 10)

Hoje, a situação encontra-se num extremo: a diversidade de produtos exportados pelo Brasil é irrisória, concentrando-se na venda de minério de ferro²⁷, soja²⁸ e combustíveis, como se pode perceber na tabela 5. Os dez principais produtos exportados pelo Brasil para a China representaram 83,49% do montante exportado para esse país em 2007. Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. “Não houve, nas últimas duas décadas, qualquer up-grade da pauta de exportações brasileiras para a China, seja em termos da diversificação de produtos, seja na incorporação de bens de maior grau de elaboração”. (RIBEIRO e POURCHET, 2004: 21)

A indústria de transformação chinesa, que progredira velozmente na segunda metade da década de noventa, passou a exigir dilatados suprimentos de matérias-primas, em montantes muito acima da capacidade produtiva da China. De forma semelhante, a melhoria do padrão alimentar de sua população, após quinze anos de reformas econômicas, aumentou a demanda não só de grãos, mas sobretudo de alimentos mais sofisticados, como carne, igualmente em proporções não disponíveis dentro da China. (BIATO, 2010: 105)

Em 1996 a agropecuária vendia 1% do montante de tudo que era comprado pela China do Brasil. Já em 2003 o percentual saltou para 30,4%. Na contra-mão estão os indicadores das manufaturas e semi-manufaturas, que representavam 86% e despencaram para 51%. A demanda chinesa é responsável por 18% do total das exportações agropecuárias e 21% do total exportações de minerais metálicos do Brasil, em relação ao mundo. (NEGRI, 2005, pag8)

O enorme aumento da presença da China na economia brasileira – sustentando as exportações de commodities e fornecendo uma gama de bens

²⁷ A demanda da China por matérias-primas como o minério de ferro decorre do fato de o seu modelo de crescimento econômico ser baseado no uso intensivo de tecnologia moderna e no baixo custo da mão-de-obra especializada. A questão do suprimento de minério de ferro para a China é muito importante, pois esse produto é usado na fabricação de aço, o qual possui intensa procura no país. Ocorre, porém, que o minério produzido pelas minas chinesas contém apenas 30% de teor de ferro, o que confere uma vantagem comparativa ao produto brasileiro no mercado chinês. A Cia. Vale do Rio Doce é a segunda no "ranking" de empresas com o mais baixo custo por tonelada. Por outro lado, a qualidade do teor do minério de ferro brasileiro coloca a Cia. Vale do Rio Doce em primeiro lugar no "ranking" de empresa com o menor custo por unidade de ferro.

²⁸ A soja e o óleo de soja são itens que fazem parte dos hábitos alimentares dos chineses, uma vez que são utilizados, respectivamente, na fabricação do "tofu", "shoyu" e do óleo de cozinha. Por conta disso, com o aumento da população chinesa e o crescimento de sua renda, a demanda por esses produtos tende ao crescimento contínuo por longos anos. A entrada da China, um dos maiores importadores do complexo de soja, na OMC possibilitou ao Brasil um maior acesso ao mercado chinês e limitou os subsídios do governo aos produtores domésticos. A China resiste aos transgênicos, razão pela qual a sua preferência recaiu naturalmente sobre Brasil, onde os transgênicos eram proibidos em 2002. A produtividade da soja brasileira é superior à da americana, favorecida por fortes subsídios que aumentaram significativamente a área plantada nos EUA. Os custos totais de produção dos EUA são significativamente mais altos do que os do Brasil devido aos custos fixos, especialmente o preço da terra. Por isso, na segunda metade dos anos noventa, houve uma perda relativa de parcela do comércio internacional dos Estados Unidos para o Brasil.

industriais diversificados – poderia trazer uma suposição apressada de que este país é culpado por dois fantasmas entrelaçados (desindustrialização e primarização) [...]. O novo padrão de interação entre indústria de transformação e a economia brasileira ainda não parece estar plenamente consolidado, dependendo da reconfiguração das relações inter-setoriais no plano interno e da adaptação do país aos efeitos em cadeia propiciados pela emergência chinesa [...] (JENKINS, BARBOSA 2011: 8)

Tabela 3: Estrutura das Exportações Brasileiras para a China (2007-2009)

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHINA (US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Minérios, escórias e cinzas	3.807.910	35,4%	5.170.862	31,5%	8.026.180	38,2%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	3.118.949	29,0%	4.114.503	25,1%	7.167.114	34,1%
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	591.337	5,5%	771.496	4,7%	656.601	3,1%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	2.831.908	26,3%	5.324.123	32,5%	6.343.035	30,2%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	2.831.861	26,3%	5.324.052	32,5%	6.342.965	30,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	840.178	7,8%	1.702.796	10,4%	1.342.159	6,4%
Óleos brutos de petróleo	839.897	7,8%	1.702.458	10,4%	1.338.299	6,4%
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	423.475	3,9%	690.722	4,2%	1.096.886	5,2%
Pasta quim. madeira de n/conif soda/sulfato, semi/branq.	385.553	3,6%	614.810	3,7%	891.956	4,2%
Ferro fundido, ferro e aço	336.258	3,1%	505.871	3,1%	1.044.884	5,0%
Ferromolibdo	206.034	1,9%	404.362	2,5%	346.397	1,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	322.772	3,0%	839.140	5,1%	422.077	2,0%
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	310.246	2,9%	824.026	5,0%	398.992	1,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	271.340	2,5%	367.315	2,2%	368.456	1,8%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	69.511	0,6%	250.165	1,5%	349.415	1,7%
Plásticos e suas obras	87.145	0,8%	61.433	0,4%	348.999	1,7%
Cobre e suas obras	225.863	2,1%	54.724	0,3%	283.442	1,3%
Subtotal	9.216.360	85,7%	14.967.151	91,2%	19.625.533	93,4%
Demais Produtos	1.532.454	14,3%	1.435.888	8,8%	1.378.353	6,6%
TOTAL GERAL	10.748.814	100,0%	16.403.039	100,0%	21.003.886	100,0%

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Informação Comercial.

“A mudança nos termos de troca em favor de commodities por período relativamente longo estimula a produção e exportação de produtos básicos, desestimulando a produção e exportação de produtos manufaturados e aumenta a exposição da economia a choques externos. Os preços dos produtos básicos e semi-manufaturados experimentaram elevado aumento na segunda metade da década de 2000. Como consequência, os produtos básicos e semi-manufaturados, que representavam 43,5% da pauta das exportações em 2006, saltaram para 58,6% já em 2010. Para 2011, estima-se que eles serão ao menos 64% do total das exportações, sendo os básicos responsáveis por ao menos 51%. Os manufaturados, por sua vez, passaram de 54,3% da pauta, em 2006, para 39,4%, em 2010”. (ARBACHE, 2011: 6)

A perda de mercado e competitividade em âmbito nacional e em terceiros mercados²⁹ para os produtos chineses pode ser causada pela falta de estímulo e engajamento do nosso meio empresarial. Enquanto os produtos manufaturados e semimanufaturados representam 54% do que exportamos para o mundo, significa apenas 17,7% do que exportamos para a China. (BARBOSA, MENDES, 2010:40). Negri (2005) aponta que a elevada concentração das exportações brasileiras para a China em produtos de baixo valor agregado encontra-se em oposição à maior participação dos manufaturados na pauta de vendas para o Mundo.

²⁹ O Brasil está sofrendo uma crescente concorrência chinesa junto aos seus parceiros mais próximos. Aponta-se que a China é responsável pela perda de 29% do mercado de exportações brasileira para o Chile, 14% para o México, 11% para a Argentina e 36% para os EUA. (BARBOSA, MENDES, 2010: 43)

Também existem determinantes como: barreiras tarifárias e incentivos fiscais. A política de importação chinesa tem revelado uma situação preocupante para o Brasil: é a crescente tendência em importar produtos como celulose, soja e ferro em detrimento dos já acabados como papel, óleo de soja e aço. Ou seja, a política tarifária implementada pela China a fim de proteger e incentivar sua indústria (drawback) tem prejudicado sobremaneira as exportações de bens minimamente manufaturados. Essa questão pode até mesmo ser discutida a nível diplomático e na OMC, mas falta iniciativa do governo brasileiro para enfrentar uma forte discussão comercial com a China.

[...] a recuperação da economia brasileira, num cenário de defasagem competitiva especialmente nos setores e segmentos de maior valor agregado e de crescente valorização cambial, fez com que as importações industriais da China avançassem de forma espetacular. (BARBOSA, PESQUISA. 2008: 14)

No capítulo seguinte tentaremos expor um exemplo de sucesso na negociação comercial/empresarial com os chineses para a venda de um produto de altíssima tecnologia desenvolvido no Brasil e produzido em conjunto no território mandarim. Nosso objetivo é demonstrar que há alternativa frente às tendências apresentadas nesta seção.

CAPÍTULO 3: A possível alternativa apresentada pela Embraer

Perfil das corporações brasileiras que exportam para a China

A ampliação das relações diplomática, econômica, comercial e produtiva³⁰ entre Brasil e China vem se configurando em um momento de profundas transformações no ambiente internacional, como já foi exposto em páginas anteriores. Tal dinâmica reserva ao Brasil diferentes ameaças e oportunidades.

O estreitamento dessa parceria, mesmo em um cenário de crise mundial, tem proporcionado ao Brasil grandes superávits comerciais, sucessivas altas de preços dos produtos exportáveis, complementaridade produtiva³¹, liquidez e investimentos em infraestrutura. Hoje o Brasil se consolidou como essencial fornecedor de alimentos, petróleo e minério de ferro para a China, matérias-primas indispensáveis a manutenção do seu

³⁰ As relações diplomáticas foram tratadas no capítulo 1, as econômicas e comerciais no capítulo 2 e a produtiva será apresentada pelo presente capítulo.

³¹ A China também se transformou num importante fornecedor de várias máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais importantes para a retomada do crescimento competitivo da indústria brasileira.

crescimento³². Entretanto, os efeitos colaterais desse dicotômico relacionamento também são importantes: perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados³³, falência de parte da estrutura de produção manufatureira nacional³⁴, especialização regressiva da pauta de produtos exportados, aumento da vulnerabilidade externa, são alguns dos exemplos.

A diminuta variedade de produtos na pauta de exportação determina a concentração das empresas exportadoras. Assim, as firmas que se tornaram as maiores fornecedoras para o mercado chinês foram as que venderam produtos do complexo soja e minério de ferro. Com efeito, as quatro maiores empresas destes setores participaram com 30,03% das exportações brasileiras para a China. No topo da lista está a Cia. Vale do Rio Doce, maior produtora mundial de minério de ferro (164 milhões de toneladas em vendas no ano de 2002), em seguida encontra-se a multinacional Bunge Alimentos S/A, maior exportador mundial de soja para a China. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2002)

Existem múltiplos percalços e vulnerabilidades estruturais a serem superados pelo Brasil³⁵, mas não é somente isso que impede a produção nacional de competir em pé de igualdade com a China. Falta-nos proatividade. Apesar do cenário negativo de pressão competitiva para a manufatura brasileira, encontramos variados exemplos de iniciativas empresarias de sucesso no mercado chinês.

O Brasil é uma espécie de “descobridor” tardio do mercado chinês em relação a outros países ocidentais, que têm demonstrado maiores graus de preparação estrutural e institucional para lidar com a emergência econômica da China, [...] o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para explorar seu potencial no mercado chinês e preparar-se estruturalmente para enfrentar a concorrência crescente da indústria chinesa, seja no próprio mercado brasileiro, seja em terceiros mercados [...] o Brasil mais reagiu às

³² Entre os objetivos principais apresentados pelo governo chinês no 15º plano quinquenal é acelerar o processo de distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Com a intensificação da demanda interna acelerada pela urbanização (a China deverá transferir do campo para as cidades cerca de 160 milhões de pessoas numa década) faz aumentar a procura por bens minerais e alimentos, setores que o Brasil segue batendo recorde de produção, venda e competitividade internacional. A oportunidade de crescimento para o Brasil é promissor, pois se a China continuar crescendo nos próximos anos a tendência de aumento da demanda por produtos produzidos pelo agronegócio brasileiro tende a se consolidar.

³³ 52% das empresas brasileiras exportadoras competem com produtos chineses no mercado externo (CNI, 2011: 4).

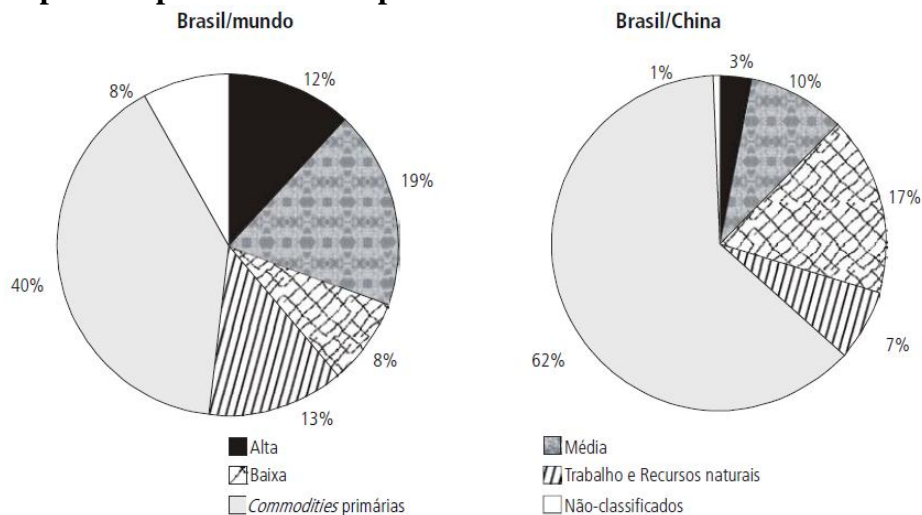
³⁴ Um quarto das empresas brasileiras concorre com produtos chinês no mercado doméstico. Os setores produtivos nacionais mais afetados são o têxtil e o de materiais eletrônicos e de comunicação. Aproximadamente 45% destas perderam mercado para a concorrência vinda da China. (CNI, 2011: 2).

³⁵ Um fator crucial que dificulta a entrada de produtos estrangeiros com preços competitivos no mercado chinês é o controle cambial. A taxa de câmbio é administrada pelo governo num nível favorável às exportações. O partido comunista ainda controla e restringe os fluxos financeiros líquido da economia, tendo em vista maximizar a lucratividade das operações externas e restringir cursos especulativos. (ASSIS, 2007)

carências chinesas por matérias-primas do que se posicionou ativamente para exportar manufaturas ao país. (AMORIM, 2005: 3)

Encontramos muitas empresas genuinamente brasileiras que produzem tecnologia de ponta e exportam para o mundo, fazendo com que essa categoria represente 12% de nossas exportações, enquanto que para a China represente apenas 3% (gráfico 11). A partir desses números notamos que há um mercado potencial para as exportações brasileiras sub-explorado, podendo crescer dependendo do sucesso da estratégia adotada pelas corporações brasileiras que concorrem com a China. Ou seja, apesar de apenas 8% dos produtos brasileiros exportados para a China, em 2007, serem manufaturados, 75% dos produtos importados pela China nesse ano foram de produtos dessa categoria.

Gráfico 08: Exportações brasileiras, segundo intensidade tecnológica do produto exportado para o mundo e para a China - 2003



Fonte: (NEGRI,2005: 10)

Da chegada tardia à China resultou uma pauta de exportações que é muito distinta do padrão brasileiro de comércio exterior. Apesar de as exportações brasileiras globais terem maior presença relativa de manufaturados e semimanufaturados, a pauta exportada à China possui concentração atípica em matérias-primas com pouco processamento. (AMORIM, 2005: 3)

Em um estudo realizado pela Apex em 2008, denominado Agenda China, são apontados vários setores produtivos da economia brasileira com potencial de exportação a China. Este relatório selecionou dentre as classes de produtos mais importadas pelo mercado chinês em 2008 (potencial importador a ser explorado) aqueles que o Brasil mais exportou para terceiros mercados (desempenho exportador brasileiro). Ou seja, foram indicando produtos que o Brasil tem competitividade internacional e são altamente demandados pela

China. O resultado aponta que, a contra senso, o setor com maior mercado sub-aproveitado é o manufatureiro. Além de alimentos, minérios e energia a China importa em larga escala produtos químicos, farmacêuticos, tintas, cosméticos, papel, pele, máquinas pesadas, têxteis, calçados, produtos metalúrgicos, veículos automotores, etc. (APEX, 2008)

O aumento da renda das camadas urbanas chinesas, e o consequente surgimento naquele país de um mercado de consumo ávido por produtos de crescente sofisticação, sugeria haver campo para que o Brasil sofisticasse sua atuação na China, procurando ir além da simples venda de commodities, para chegar a formação de joint ventures e ao fornecimento de produtos acabados [...]. (BIATO, 2010: 63)

Notamos diferentes estratégias empresarias frente ao fenômeno China: algumas empresas montam escritórios de representação alhures, a fim de melhorar suas relações com os distribuidores; há empresas que procuram reduzir gastos, diminuindo a folha de pagamento, evitando benefícios ao trabalhador assegurados por lei e migrando para pólos internos onde os custos salariais são inferiores³⁶; existem ainda as empresas que buscam beneficiar-se dos preços baixos de bens intermediários, importando-os, utilizando poucos insumos nacionais³⁷; e também aquelas que preferem instalar suas linhas de produção em território chinês (joint venture) e aproveitar os incentivos fiscais, trabalhistas e cambiais concedidos pelo governo³⁸.

Há vários motivos que determinam a opção das empresas em se instalar na China: a forte possibilidade de se tornar uma base de exportação para toda a Ásia; existência de boa infra-estrutura local, baixo custo de produção e incentivos governamentais; conhecimento do mercado doméstico; bom relacionamento com o governo; redes de distribuição; reconhecimento da marca. (FERNANDEZ, LIU, 2010: 112)

Para filtrar o exemplo a ser estudado e usá-lo como modelo, tentamos determinar uma empresa do ramo de produtos manufaturados de alto valor agregado e intensivo em tecnologia. Em segundo lugar, selecionamos firmas que optaram em produzir no território chinês.

³⁶ A Alpargatas São Paulo S.A., fechou a fábrica em São Paulo, transferiu investimentos para a Paraíba no segundo semestre de 2005, além de aumentar a linha de produção nas fábricas do interior do estado. Sua intenção é utilizar incentivos fiscais do governo da Paraíba, mão-de-obra barata e insumos vindos da China, é uma dupla estratégia de sobrevivência frente à concorrência chinesa. O investimento em redução de custos e diminuição dos ganhos de produtividade é a estratégia adotada por 45% das empresas brasileiras que concorrem com produtos chineses tanto no mercado doméstico como no externo. (BARBOSA, PESQUISA, 2008: 8)

³⁷ A penetração de produtos chineses, sobretudo matérias-primas, aumentou bastante. Parte considerável das empresas brasileiras (45%) já importam algum tipo de matéria-prima da China e 9% compram produtos finais. (CNI, 2011: 5)

³⁸ Essa estratégia de competição é adotada por aproximadamente 15% das grandes empresas brasileiras. Uma parte destas já produz em fábricas próprias na China e outras terceirizam sua produção. (CNI, 2011: 7)

Temos o exemplo de várias empresas que se encaixam neste perfil, dentre elas:

1. Embraco: Em 1993, negociações sobre possibilidades de investimentos conjuntos foram iniciadas entre a empresa brasileira “Embraco” e a companhia chinesa “Snowflake”. A iniciativa foi aparentemente pioneira em relação às empresas brasileiras. A joint venture só foi firmada em 1995 com a criação da “Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd”, com o escopo de fabricar e comercializar compressores herméticos para refrigeração, com investimento total de US\$53 milhões, dos quais 55% pertenciam a parte brasileira. (TREVISAN, 2009)

2. WEG: Empresa catarinense líder latino-americana no setor de motores elétricos, com filiais de representação em todos os continentes (seis fábricas espalhadas pela América Latina, Europa e Ásia). Iniciou sua penetração no mercado chinês ainda em 1988, mas só montou sua fábrica naquele país em 2004 através da aquisição da fábrica chinesa Nantong Electric Motor Manufacturing, formando a Weg Nantong. Diferente da Embraco, a Weg montou sua linha de produção com capital 100% brasileiro, adquirindo a carta de clientes da extinta empresa chinesa. (PAUTASSO, NETTO, 2010)

E finalmente a Embraer, cuja iniciativa vai ser analisada neste capítulo, a título de parâmetro para as demais empresas que desejarem inserir-se no mercado chinês.

A estratégia Embraer

A Embraer é uma empresa brasileira, fundada em 1969 e privatizada em 1994, com sede em São José dos Campos, São Paulo. Iniciou seu processo de internacionalização em 1975 com as primeiras vendas para o Uruguai (hodiernamente a empresa já exporta mais de 90% da sua produção). Hoje ela já ocupa o terceiro lugar no ranking das maiores fabricantes de aeronaves³⁹ do mundo, ficando atrás apenas da norte americana Boeing e da francesa Airbus. A Embraer, em 2009 já possuía 50% do market-share em jatos leves, além de ser líder de mercado na produção de aviões de porte médio e grande produtora de jatos para aviação civil regional, militar, além dos utilizados para fertilização na produção rural. (BONATTO, COSTAUM, 2009)

³⁹ As atividades desenvolvidas pelas empresas aeroespaciais são de altíssimo valor agregado e intensiva em capitais, envolvendo mão-de-obra especializada para a montagem do produto e principalmente para a concepção do mesmo.

A empresa, que possui mais de 23.000 empregados, já entregou cerca de 4.100 aeronaves (aviação regional, comercial, executiva e defesa), que operam em mais de 69 países e apresentou, em 2007, receita líquida da ordem de US\$ 5,6 bilhões. A Embraer mantém suas atividades de engenharia, desenvolvimento e fabricação no Brasil, com quatro unidades industriais, duas em São José dos Campos, Eugênio de Melo, Botucatu e Gavião Peixoto, todas no Estado de São Paulo. (GARGIULO, 2008: 17)

Atualmente a Embraer possui escritórios de representação nos EUA, França, Portugal, Singapura e China. Mas a única linha de montagem fora do território brasileiro está localizada na cidade de Harbin, capital da província de Heilongjiang, ao nordeste da China.

Com o aumento da renda de sua população e com sua dimensão continental surgiu na China desde muito cedo uma demanda natural pela aviação comercial de grande escala, mas foi somente nas últimas duas décadas, depois de alguns incentivos do governo (linhas de financiamento e incentivos fiscais) a fim de levar desenvolvimento às áreas mais remotas do território, que a aviação civil regional ganhou impulso⁴⁰.

O déficit na oferta de aeronaves da categoria, junto da perspectiva de incremento da demanda, foram os motivadores para que a Embraer investisse na China. Mas para obter sucesso nessa incursão era necessário encontrar um parceiro local. Os 23% de impostos sobre a importação era um forte óbice à entrada de aviões importados e, ao mesmo tempo, uma proteção aos produzidos por uma eventual joint venture⁴¹.

Embraer's operation in China not only expedited the production cycle of the company's East Asia orders, but also increased its brand awareness in that market. Moreover, the plant in Harbin facilitated information flows and reduced logistic costs and gradually fostered mutual understanding between the Brazilian aerospace conglomerate and its Chinese counterparts. (IDB – Inter-American Development Bank, 2010: 32)

Tendo em vista esta oportunidade, com o intuito de galgar este novo nicho mercadológico, surge a Embraer, líder mundial no setor de jatos de pequeno porte. Seu processo de inserção no mercado chinês teve início oficialmente em 30 de maio de 2000, quando a empresa inaugurou um escritório em Beijing. As primeiras vendas já foram viabilizadas em julho do mesmo ano, com a compra de 5 unidades do jato modelo ERJ 145

⁴⁰ “A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., a Embraer, anunciou no dia 19 de fevereiro na feira do ramo – a Singapore Airshow 2008 – que a região da Ásia-Pacífico deverá demandar 1,27 mil aeronaves regionais nos próximos 20 anos, uma movimentação de cerca de US\$ 42 bilhões.” (BARBOSA. PESQUISA, 2008: 48) A Embraer estima que até 2020 o mercado chinês demande aproximadamente 200 jatos da família EFR 145 (modelo fabricado pela HEAI).

⁴¹ Em 2001 o governo lança um pacote de medidas visando proteger a indústria aeronáutica local: tarifas passam de 7% para 23% para aviões com peso inferior a 25 ton.

pela empresa chinesa Sichan Airlines.⁴² Em dois anos de atividade, a linha de produção da Embraer na China logrou êxito na venda de mais 30 unidades (opção para mais 15), somando quase US\$ 700 milhões em vendas.

As vendas da Empresa Brasileira de Aviação - Embraer na China iniciaram-se em 2000, beneficiadas pelo processo de reestruturação do mercado chinês de aviação civil. Assim, a introdução de novos conceitos de organização de frotas e de rotas levou o governo chinês a optar pela substituição dos antigos equipamentos soviéticos. (BECARD, 2008: 279)

A primeira dificuldade enfrentada pela Embraer ao entrar no mercado chinês foi a forte concorrência com a sua maior rival, a Cia. Canadense Bombardier. Por trás das negociações havia um forte interesse do governo chinês de atrair para o território nacional a tecnologia de produção da indústria estratégica de aviação, obsoleta e ultrapassada que não recebia investimentos significativos desde a época da União Soviética.

Representantes da SDPC [State Development and Planning Commission, órgão estatal incumbido de planejar o desenvolvimento de setores estratégicos da economia] passaram a pressionar a Embraer para que a empresa se engajasse em uma cooperação industrial com parceiros chineses, de forma a viabilizar a participação destes no desenvolvimento conjunto das aeronaves a serem comercializadas pela Embraer na China. [...] A intenção de compelir a Embraer a montar na China os 30 modelos ERJ 145 vendidos à China Southern Airlines e à Wuhan Airlines foi explicitamente transmitido às autoridades brasileiras durante a visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil em abril de 2001. [...] No mesmo sentido, a partir de abril de 2001, o governo chinês decide elevar os impostos de importação e de comercialização incidentes sobre aeronaves regionais importadas. (BIATO, 2010: 127-128)

Depois de um intenso ciclo de negociações que envolveram interesses comercial, produtivo, militar e governamental, seduzida pela iminência de conquistar o promissor mercado de aviação regional na China e na Ásia⁴³, a Embraer firmou uma *joint-venture* com a Harbin Aircraft e a Hafei Aviation Industry Co., companhias controladas pela China Aviation Industry Corporation II, AVIC II, em 2 de dezembro de 2002⁴⁴. Deste contrato surgiu a Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd (HEAI), na cidade de Harbin, com a

⁴² The Brazilian aircraft company Embraer opened its first office in Beijing on May 30, 2000, when it signed a letter of intent for the acquisition of five ERJ 145 regional jets with China Aviation Suppliers Import and Export Corporation (CASC) and Sichuan Airlines (SCAL).

⁴³ Embraer's operation in China not only expedited the production cycle of the company's East Asia orders, but also increased its brand awareness in that market. (IDB – Inter-American Development Bank, 2010: 32)

⁴⁴ Antes de transferir a linha de montagem do ERJ 145 para a China a Embraer já tinha fechado uma parceria com a AVIC II, com o objetivo de fomentar a cooperação industrial, para fabricar peças e montagem de segmentos na China, além do desenvolvimento de novas tecnologias.

finalidade de produzir aeronaves da família ERJ 145 e dar suporte aos novos contratos de vendas de E-Jets.

A unidade iniciou seu funcionamento em janeiro de 2003, contando com investimento misto inicial que chegou aproximadamente a US\$25 milhões (51% das ações pertencendo a Embraer)⁴⁵.

Embraer's presence soon evolved with the construction of a spare parts distribution center at the Beijing International Airport, and with the signing of a joint venture with the Aviation Industry Corporation of China – Harbin Embraer Aircraft Industry Company (HEAI) in Harbin in 2003. HEAI was Embraer's first industrial venture outside Brazil and became responsible for producing, developing, and coordinating sales operations and post-sale support services for the company's commercial aircraft family in the Asia-Pacific region. With a total investment of US\$25 million, HEAI encompasses an area of 24 thousand square meters, with the production capacity of one aircraft per month. (IDB – Inter-American Development Bank, 2010: 32)

Foram entregues em 28 de junho de 2004 os dois primeiros jatos ERJ 145 para a China Southern Airlines, a maior empresa aérea da China. Esse cliente encomendou um total de seis aeronaves do mesmo modelo em fevereiro de 2004. Sete anos depois de sua chegada à China a Embraer inaugurou um novo escritório, desta vez no Central Palace Office Building, na região do Centro Business, a leste de Beijem. No final de 2009, ao deter 64 aeronaves em operações na China continental⁴⁶, sendo 38 aviões ERJ 145 e 24 aviões BEM 190, alcançou a marca dos 52% de participação no mercado de aeronaves de até 120 assentos daquele país. (EMBRAER, 2010)

Por trás dessa trajetória de 11 anos no mercado chinês podemos destacar algumas dificuldades encontradas pela Embraer, tanto do ponto de vista comercial (mercadológico) como no viés político/estratégico.

O primeiro fator de risco encontrado pela Embraer, justamente por se tratar de um segmento de interesse estratégico, foi lidar com os interesses políticos. O simples fato da empresa sócia da Embraer no investimento ser estatal não diminui o risco de vazamento de informações secretas ou quebra de patentes.

A intenção chinesa de “aprender” se torna nítida com a divulgação da intenção da estatal AVIC I fabricar um modelo de jato regional de 30 a 60 lugares (mesma família do ERF 145), o que acabou por se perfazer com a formação da joint venture da estatal com a empresa

⁴⁵ A fábrica emprega 165 funcionários, dentre eles nove engenheiros brasileiros, tendo capacidade anual para produzir até 24 unidades do ERJ 145.

⁴⁶ Em 2010 já eram 70 jatos, com 60% da participação no mercado de aeronaves regionais. (Revista Bandeirante, Ed. 738)

norte americana Cessna Aircraft Co. da Textron Inc. Talvez seja por isso que a empresa brasileira decidiu levar para a China a linha de produção de um avião que já tem 13 anos de existência e sua demanda aproxima-se da estagnação, afora o certo grau de obsolescência da tecnologia do mesmo. Outra medida acautelatória concretizou-se na proibição imposta aos fornecedores: estes ficaram impedidos de vender peças a serem utilizadas pela HEAI diretamente à China, tornando a fábrica uma simples linha de montagem dos produtos vindos do Brasil.

Mas as dificuldades não foram apenas em nível estratégico e informacional. As expectativas de crescimento do mercado da aviação regional na China não se concretizaram no primeiro momento. A Embraer encontrou dificuldade para prospectar clientes. O mercado de aviação chinês é estruturado de forma atípica, apenas 8% da frota é composta por aviões regionais, enquanto a média mundial gira em torno dos 35%, ou seja, os números mostram um enorme potencial de crescimento que ainda não foi viabilizado. “A HEAI iniciou o ano de 2006, portanto, repetindo o quadro de falta de encomendas vivido em 2004. Logrando vender, entre 2003 e 2006, apenas 16 aeronaves, número muito abaixo de sua capacidade produtiva, que era de 12 aeronaves por ano” (BIATO, 2010: 131). A questão ganhou apelo político, assim foi preciso a intervenção de diplomatas brasileiros na visita do presidente Hu JinTao ao Brasil, como condição de aceitação da China na OMC. As dificuldades de venda finalmente foram superadas em 2006 com a encomenda de 50 unidades do modelo EJR 140 pela Cia. Chinesa Hainan Airlines.

Atualmente a Embraer encontra na China um mercado promissor e um ambiente propício ao seu bom desenvolvimento. A empresa está em sintonia com os interesses dos seus investidores e com as exigências do governo chinês. Em 2010 foi aprovado um acordo com a Avic International Leasing para financiamento e *leasing* de aeronaves. O acordo pode atingir US\$ 1,5 bilhão. No mesmo ano, durante a visita da presidente Rousseff a China, também foi acordado a adaptação da HAIE para construção do jato modelo Legacy. Afora a ampliação da parceria, a Embraer anunciou a venda de 25 aviões do modelo E-190 para a China Southern Airlines. Além disso, uma carta de intenções para um outro lote de 10 aeronaves também foi assinada: caso confirmada, representará um montante de US\$ 1,25 bilhão. Também foi assinado, na China, contrato com a Hebei Airlines para a aquisição de 10 aviões E-190. (CHINA UPDATE BRAZIL – Conselho empresarial Brasil China – Edição especial de lançamento 2011) (CHINA UPDATE BRAZIL – Conselho empresarial Brasil China – Edição 2 de 2011)

Embraer announced in July 2010 the opening of a new subsidiary in China, Embraer China Aircraft Technical Services Co. Ltd., with an initial investment of \$18 million. The new subsidiary would provide aviation consulting, logistics, and technical services for aircrafts already in the Chinese inventory and many more on order. Embraer has also submitted to the Chinese government a proposal to start assembling a new and more efficient passenger plane, the E-190, which would help the company face the competition of new players such as the ARJ21 plane, developed by AVIC subsidiary Comac, a state-owned Chinese company. (IDB – Inter-American Development Bank, 2010: 32)

Tendo em vista o que foi sumariamente exposto sobre a inserção da Embraer na China, podemos chegar a algumas conclusões: 1) o mercado chinês nem sempre segue as tendências apontadas por estudos realizados com o público do ocidente; 2) quando se negocia com uma empresa chinesa provavelmente por trás da mesma estão em jogo os interesses do Estado (FERNANDEZ, LIU, 2010: 112), conseqüentemente é de fundamental importância para sobrevivência de qualquer corporação na China o apoio do governo; 3) é preciso se precaver em relação à pirataria e ao contínuo desejo chinês de incorporar tecnologia a qualquer custo 4) para competir e obter sucesso no mercado chinês é preciso ter qualidade, preço e, sobretudo, conhecer o público alvo (o povo chinês).

Por tudo que foi exposto neste capítulo podemos afirmar que a Embraer pode ser considerada o melhor exemplo que o Brasil tem para mostrar de empresa nacional que conseguiu obter sucesso no mercado chinês. Além de vender para China um produto de altíssima tecnologia e valor agregado, a Embraer levou para o território chinês sua linha de produção, soube negociar com o governo e se precaver das possíveis irregularidades daquele mercado, conquistando a preferência das empresas de aviação local, além de estar à frente de qualquer concorrente estrangeira, pois detém isenção fiscal e a preferência do governo.

CONCLUSÕES

De fato, a China hoje é o país que mais cresce e expande seu mercado para o mundo. Há possibilidades de ganhos, mas não deve ser esperado “tratamento especial” para o Brasil. Mesmo com todo ambiente político favorável apresentado na primeira seção deste trabalho, em termos comerciais a “parceria estratégica” tem ínfimo relevo.

Sob o enfoque político, Brasil e China nutrem uma parceria estreita nos diversos âmbitos da governança global. Diante da ONU defendem projetos semelhantes de democratização do poder no meio internacional. Nos fóruns econômicos também possuem posicionamentos análogos em favor do maior controle financeiro e da intervenção do estado na economia.

Conseguiram fomentar um projeto de cooperação técnica inédito entre países em desenvolvimento, para construção em conjunto de Satélites de Sensoriamento Terrestre, uma área dominada pelas grandes economias e que quando foi idealizado era de difícil execução diante do atraso econômico e intelectual de ambos estados. Hoje o projeto é um sucesso, rendendo muitos frutos, indo além do que fora acordado em sua origem.

Contudo quando se fala em interesses comerciais a sintonia já não é mais tão fina. O ambiente capitalista não permite a difusão de perdas neste cenário. Tanto China quanto Brasil querem o melhor para as suas economias, seus interesses nem sempre são coesos em se tratando de correntes de comércio.

O cenário de complementaridade desfavorável à indústria brasileira é preocupante, pois a valorização dos termos de troca quando se trata da venda de commodities é fugaz. Uma repentina diminuição da demanda pode derrubar seus preços, prejudicar nossa balança comercial levando o país de volta à estagnação.

Apesar do cenário positivo projetado por estudos que descrevem a manutenção da crescente demanda chinesa por essa categoria de commodities⁴⁷, é importante questionar a

⁴⁷ O Brasil assume papel relevante no abastecimento chinês de produtos com: papel, de alimentos, energia e minerais. Estas matérias são de extrema relevância para a estratégia chinesa de crescimento: migrando para uma economia mais voltada ao consumo, impulsionado pela ampliação da renda das famílias, mas com um motor muito dinâmico dado pelos investimentos. O Brasil foi responsável em 2010 por atender a 23% da demanda chinesa por minério de ferro. No caso da soja, considerando apenas o grão, a participação brasileira também é relevante, atendendo 28,5% deste produto. Já no fornecimento de petróleo, o Brasil participa com 3% do total importado, assumindo a posição de 11º fornecedor do combustível, o que deverá crescer de forma significativa nos próximos anos, levando em conta os acordos já estabelecidos entre os países. Por fim, as nossas vendas de celulose chegaram a 9% do total comprado pela China.

validade deste quadro para o desenvolvimento brasileiro. Mesmo com os avanços do agronegócio é indubitável que a indústria gera mais empregos, renda e divisas para o país. A atividade primária é muito concentrada, distribui pouco seus ganhos, enquanto a manufatureira gera uma cadeia produtiva maior, conseqüentemente origina mais ganhos econômicos e sociais. Por isso, a diversificação da pauta de exportações deve constar na agenda da política externa brasileira diante das novas perspectivas que surgem com o despertar do Dragão Asiático.

Ao contrário do que muitos pensam, as importações chinesas concentraram-se em máquinas, as *commodities* representam apenas 30% das entradas no país, concentradas em combustível e em minerais. Diante deste número, podemos seguramente afirmar que existe um mercado promissor para os produtos industrializados que o Brasil já exporta com sucesso para o mundo, mas que ainda não penetrou no mercado chinês.

Tendo em mente esses fatores o governo brasileiro tem levantado o debate na tentativa de ir além da complementaridade das relações, rompendo certo desequilíbrio tecnológico entre os dois países, direcionando grande parte das discussões e dos acordos firmados. Ir além implica agregar valor aos tradicionais produtos exportados, mas também ampliar a oferta de produtos, intensificar o intercâmbio tecnológico e buscar novos mercados para produtos manufaturados brasileiros.

O Brasil tem poder material para argumentar e cobrar mudanças neste sentido. Há uma relativa dependência da China em relação ao Brasil, que se coloca como um dos principais fornecedores seguros de energia e alimentos.

A alternativa apresentada pela Embraer apesar de interessante não pode ser tomada como único modelo. Devemos ir além, fortalecer a condição de provedores do crescimento chinês e crescermos juntos. Apesar de frágil em alguns setores, a indústria brasileira tem mostrado sua capacidade internacional em diversos setores. Essa capacidade pode e deve ser aproveitada no mercado chinês.

REFERÊNCIAS:

ACIOLY, Luciana. PINTO, Eduardo Costa. CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **As Relações Bilaterais Brasil-China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** Comunicado n. 85, IPEA. [2011].

AMORIM, Renato. **Análise Sumária do Comércio entre Brasil e China.** [2005]

APEX, **China estudo sobre as oportunidades de negócios para produtos e serviços brasileiros,** 2008. Acessado em: 06/05/2011, disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/engine.wsp?tmp.area=697>>

ARBACHE, Jorge. **O Canto da Sereia.** In Seminário Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades. Rio de Janeiro: FUNAG [2011].

ASSIS, José Carlos de. **Moeda, soberania e trabalho: Uma proposta de integração sócio-econômica da América do Sul.** Rio de Janeiro: Editora BrasilMais, [2007]

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. **A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira.** Nueva sociedad (especial em português) outubro 2008. Disponível online em <<http://www.nuso.org/upload/portugues/2008/Barbosa.pdf>>. Acesso em 02/02/11.

_____. **Las relaciones económicas y geopolíticas entre Brasil y China: ¿cooperación o concurrencia?** Instituto de investigaciones jurídicas. UNAM, 2009. Acessado em 12/06/2011, disponível em: <<http://www.bibliojuridica.org/libros/6/2702/17.pdf>>

BARBOSA, Alexandre de Freitas. PESQUISA, Douglas Toledo. **A economia brasileira pós-ascensão chinesa: Análise setorial do padrão de comércio, dos impactos sobre o emprego e das novas estratégias empresariais.** Relatório de Pesquisa II (IOS/DGB) São Paulo [2008]

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974 – 2004)** / Danielly Silva Ramos Becard. – Brasília: FUNAG [2008].

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sin-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993 – 2006)** / Oswaldo Biato Junior. – Brasília: FUNAG, [2010]

BONATTO, Frederico. COSTAUM, Paula Figueiredo. **Estudo de caso - a Embraer e seu processo de internacionalização**. Orientadora: Professora Cristiane Serpa - Ibmec/MG - Relações Internacionais – Graduação. [2009]

CABRAL, Severino. **Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI**. in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1): 24-42[2000] Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17/05/2011.

CASTRO, Antonio B. **Da semi-estagnação ao crescimento no mercado sinocêntrico**. Rio de Janeiro, 2007, mimeo.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo; Editora UNESP, 2004.

CHERNAVSKY, Emilio. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **A evolução e as transformações estruturais do comércio exterior chinês**. In. *Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa*. Brasília: IPEA, 2010. [pag. 69-107]

China Update Brazil – Conselho empresarial Brasil China – Edição especial de lançamento 2011. Acessado em 20/06/2011. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001487.pdf>

China Update Brazil – Conselho empresarial Brasil China – Edição 2 de 2011. Acessado em 20/06/2011. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/500/521/00001726.pdf>

CNI. **Observatório Brasil China**. Ano 4, Número 2, julho de 2011. Acessado em 20/09/2011, disponível em http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF80808131D306B60131DD3C5AF71733/Obsv%20Brasil%20China_jul_2011.pdf

CUNHA, André Moreira. BICHARA, Julimar da Silva. MONSUETO, Sandro Eduardo. LÉLIS, Marcos Tateu Caputi. **Breves considerações sobre os impactos potenciais da ascensão da China na economia brasileira**. In *Seminário sobre pesquisas em relações econômicas internacionais*. (Pag. 09 – 47) Brasília: FUNAG, [2010]

CUNHA, Samantha Ferreira e; XAVIER, Clésio Lourenço. **Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI**. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 3, Sept. [2010]. Acessado em 22/09/2011, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300008&lng=en&nrm=iso>.

DECOMET, FIESP. **Análise da penetração das importações chinesas no Mercado brasileiro**. [2008] Acessado em 23/09/2011, disponível em: <

<http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/fiesp%20penetra%C3%A7%C3%A3o%20dos%20produtos%20chineses.pdf>>

DELIANG, Shang. **Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização.** Brasil e China: Multipolaridade / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. - Brasília: IPRI, FUNAG, 2003. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, p. 291- 308 [1999].

EMBRAER. **Embraer 10 years in China: 2000 – 2010.** Centro Histórico Embraer. [2010]. Acessado em: 05/04/2011. Disponível em: <<http://centrohistorico.embraer.com.br/en/embraer-china/default.htm>>

FERNANDEZ, Juan Antônio. **Guia do empreendedor estrangeiro na China: casos de sucesso.** Shengjun Liu [traduzido por Sonia Augusto]. – Osasco, SP: Novo Século Editora, [2010]

FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, Dec. [2010]. Acessado em 22/07/2011, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000200005&lng=en&nrm=iso>

GARGIULO, Flavio Riva. **Indústria de Construção Aeronáutica, o Caso da EMBRAER: História e Avaliação.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Finanças e Economia Empresarial, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Cavalcanti Ferreira. Rio de Janeiro, FGV. [2008]

HAIBIN, Niu. **Emerging Global Partnership: Brazil and China.** In: Revista Brasileira de Política Internacional (special edition): 183-192 [2010]

IDB – Inter-American Development Bank. **Ten years after the take-of, Taking stock of China-Latin America and the Caribbean economic relations.** Integration and Trade Sector, Vice Presidency for sectors and Knowledge. 2010. Disponível em: [<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35410652>] Acessado em: 14/09/2011

IPEA. Inserção internacional brasileira : temas de economia internacional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Capítulo 3: o eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise** – Brasília : Ipea, 2010. v. 2 (516 p.) : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Inserção Internacional Brasileira Soberana ; Livro 3)

JENKINS, Rhys. BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A ascensão chinesa e os dilemas para a indústria brasileira: pressão competitiva, reestruturação econômica e emprego.** Briefing Paper. ESRC e CEBRAP [2011].

MIN, Yin Heng. **Desenvolvimento do relacionamento da parceria estratégica sino-brasileira rumo ao século XXI**. Brasil e China: Multipolaridade / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. - Brasília: IPRI, FUNAG, 2003. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, p. 319- 324 [1999].

NEGRI, Fernanda de; **O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China**. Texto para discussão IPEA [2005]

OMC, **Trade Policy Review-Brazil**, Report by the Secretariat, Genebra: Organização Mundial do Comércio, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **China-Brasil: perspectivas de cooperación Sur-Sur**. *Nueva Sociedad*, nº. 203, mayo-junio [2006].

_____. **“Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica”**, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(1): 7-30, [2004].

_____. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?**, in *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (2): 88-106 [2010]

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; CHERNAVSKY, Emílio. **A inserção no comercio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC) notas acerca do comercio exterior e política comercial**. IN: O Brasil e os demais BRICs – Comercio e Política. BAUMANN, Renato (org). Distrito Federal: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, [2010].

PAUTASSO, Diego. NETTO, Américo Ribeiro Mendes. **Desafios da WEG no mercado Chinês**. Central de Cases. ESPM, [2010]. Acessado em: 31/10/2011. Disponível em: [www.espm.br/centraldecases]

PEREIRA, Lia Valls; FILHO, Galeno Tinoco Ferraz. **O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros**. Estudo coordenado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX. Brasília : CNI. [2005].

PINHEIRO, Letícia. **“Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão”**, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6(12), (Pag. 247-270). [1993]

Revista Bandeirante, Informativo da Embraer para o Brasil e para o exterior, ano 40, edição 738, 2 de julho de 2010.

RIBEIRO, F.; POURCHET, H. **O perfil do comércio Brasil-China**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 79. Funcex: abr./jun., [2004].

SHANG, Deliang. **Cooperação Política entre China e Brasil versus Multipolarização**. In: GUIMARÃES, Samuel P. (Org). Brasil e China: multipolaridade. Brasília: IPRI/FUNAG, [2003].

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. IN: Rev. bras. polít. int.. 2004, vol.47, n.2, pp. 191-222.[2004].

TREVISAN, Leonardo. **Na China Não É Bem Assim**. ESPM-SP. [2009] Acessado em 31/10/2011. Disponível em: www.espm.br/centraldecases

VILLELA, Eduardo V. M.. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP, [2004] Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 29/05/2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **As Nações Unidas na visão brasileira e chinesa: políticas externas comparadas (1945-2000)**. Brasil e China: Multipolaridade / Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. - Brasília: IPRI, FUNAG, 2003. Textos apresentados no seminário Brasil-China, Rio de Janeiro, p 215 – 246 [1999].

Sites do Governo:

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Divisão de Atos Internacionais. [<http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>]

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. [<http://www.mdic.gov.br/sitio/>]

Ministério da Fazenda. Receita Federal. [<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/default.htm>]

ANEXOS

Composição das Exportações Brasileiras para o Mundo por Categoria: (2007 – 2009)

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIAS DE PRODUTOS, SEGUNDO O GRAU DE ELABORAÇÃO ¹⁾ (VALORES EM US\$ MILHÕES)				
PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS				
DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / DEZEMBRO			
	2007	PART. %	2008	PART. %
UNIÃO EUROPEIA				
TOTAL	40.428	100,0%	46.395	100,0%
BÁSICOS	18.190	45,0%	21.697	46,8%
INDUSTRIALIZADOS	22.169	54,8%	24.479	52,8%
ESTADOS UNIDOS¹⁸⁾				
TOTAL	25.314	100,0%	27.648	100,0%
BÁSICOS	4.870	19,2%	6.262	22,6%
INDUSTRIALIZADOS	20.329	80,3%	21.252	76,9%
ALADI				
TOTAL	36.426	100,0%	43.095	100,0%
BÁSICOS	3.370	9,2%	5.000	11,6%
INDUSTRIALIZADOS	32.859	90,2%	38.029	88,2%
ALADI (EXC. MERCOSUL)				
TOTAL	19.072	100,0%	21.357	100,0%
BÁSICOS	2.660	13,9%	3.926	18,4%
INDUSTRIALIZADOS	16.247	85,2%	17.384	81,4%
MERCOSUL				
TOTAL	17.354	100,0%	21.737	100,0%
BÁSICOS	710	4,1%	1.074	4,9%
INDUSTRIALIZADOS	16.612	95,7%	20.643	95,0%
ÁFRICA				
TOTAL	8.578	100,0%	10.170	100,0%
BÁSICOS	1.583	18,5%	2.250	22,1%
INDUSTRIALIZADOS	6.984	81,4%	7.911	77,8%
CHINA				
TOTAL	10.749	100,0%	16.403	100,0%
BÁSICOS	7.927	73,7%	12.710	77,5%
INDUSTRIALIZADOS	2.804	26,1%	3.681	22,4%
LIGA ÁRABE				
TOTAL	6.967	100,0%	9.818	100,0%
BÁSICOS	3.095	44,4%	5.198	52,8%
INDUSTRIALIZADOS	3.870	55,5%	4.629	47,1%
JAPÃO				
TOTAL	4.321	100,0%	6.115	100,0%
BÁSICOS	2.357	54,5%	3.959	64,7%
INDUSTRIALIZADOS	1.968	45,3%	2.122	34,7%
ÁSIA (EXC. ORIENTE MÉDIO)				
TOTAL	25.086	100,0%	37.442	100,0%
BÁSICOS	14.917	59,5%	23.694	63,3%
INDUSTRIALIZADOS	10.129	40,4%	13.688	36,6%
ÍNDIA				
TOTAL	958	100,0%	1.102	100,0%
BÁSICOS	351	36,6%	370	33,6%
INDUSTRIALIZADOS	606	63,3%	731	66,3%
		99,9%		99,9%
RÚSSIA				
TOTAL	3.741	100,0%	4.653	100,0%
BÁSICOS	2.189	58,5%	2.841	61,1%
INDUSTRIALIZADOS	1.549	41,4%	1.806	38,8%

1) Valor em US\$ milhões. Fonte: Ministério da Economia, com base em dados do MDIC/CECEV

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041&refr=608>

**BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: EXPORTAÇÕES POR FATOR
AGREGADO (em US\$ milhões)**

Ano	Exportações					
	Total	Produtos básicos	Industrializados (1)+(2)	Produtos semimanuf. (1)	Produtos manuf. (2)	Op. Esp.
1964	1.430	1.221	205	115	90	5
1965	1.596	1.301	284	154	130	11
1966	1.741	1.445	293	141	152	4
1967	1.654	1.302	343	147	196	9
1968	1.881	1.492	381	179	202	9
1969	2.311	1.796	495	213	282	20
1970	2.739	2.049	665	251	414	25
1971	2.904	1.989	822	247	575	94
1972	3.991	2.725	1.222	391	831	45
1973	6.199	4.097	1.942	568	1.374	161
1974	7.951	4.577	3.180	919	2.261	195
1975	8.670	5.027	3.434	849	2.585	209
1976	10.128	6.129	3.618	842	2.776	381
1977	12.119	6.957	4.884	1.044	3.840	278
1978	12.658	5.977	6.502	1.419	5.083	177
1979	15.244	6.553	8.532	1.886	6.646	159
1980	20.132	8.488	11.376	2.349	9.027	268
1981	23.293	8.920	13.999	2.116	11.883	374
1982	20.175	8.238	11.686	1.433	10.253	251
1983	21.899	8.535	13.058	1.782	11.276	306
1984	27.005	8.706	18.004	2.872	15.132	295
1985	25.639	8.538	16.821	2.758	14.063	280
1986	22.349	7.280	14.895	2.491	12.404	174
1987	26.224	8.022	18.014	3.175	14.839	188
1988	33.789	9.411	24.079	4.892	19.187	299
1989	34.383	9.549	24.441	5.807	18.634	393
1990	31.414	8.746	22.119	5.108	17.011	549
1991	31.620	8.737	22.448	4.691	17.757	435
1992	35.793	8.830	26.504	5.750	20.754	459
1993	38.555	9.366	28.882	5.445	23.437	307
1994	43.545	11.058	31.852	6.893	24.959	635
1995	46.506	10.969	34.711	9.146	25.565	826
1996	47.747	11.900	35.026	8.613	26.413	821
1997	52.994	14.474	37.672	8.478	29.194	848
1998	51.140	12.977	37.507	8.120	29.387	656
1999	48.011	11.828	35.311	7.982	27.329	872
2000	55.086	12.561	41.027	8.499	32.528	1.498
2001	58.224	15.342	41.144	8.243	32.901	1.737
2002	60.361	16.951	41.965	8.966	32.999	1.445
2003	73.084	21.179	50.596	10.943	39.653	1.309
2004	96.476	28.520	66.373	13.430	52.943	1.585
2005	118.308	34.721	81.105	15.961	65.144	2.482
2006	137.735	40.281	94.473	19.522	74.951	2.981
2007	160.648	51.594	105.745	21.802	83.943	3.309
2008	197.941	73.029	119.754	27.072	92.682	5.158
2009	152.980	61.957	87.836	20.485	67.351	3.188

Fonte: Secex. Elaboração: IPEA/DIMAC.

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1846&refr=608>

Cronologia Das Relações Bilaterais Brasil-China

(Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil). Elaboração e seleção própria. <http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>

1974

Estabelecimento de relações diplomáticas

1978

Acordo Comercial (nação mais favorecida/equilíbrio comercial)

1984

Visita do MNE Wu Xueqian ao Brasil

MoU sobre Cooperação em Energia Nuclear

Acordo para criação de consulados em São Paulo e Shanghai

1988

Presidente José Sarney visita a RPC

Início do Programa CBERS (“China-Brazil Earth Resources Satellite”)

1993

Visita do MNE Qian Qichen ao Brasil

Presidente Jiang Zemin visita o Brasil

Estabelecimento da Parceria Estratégica

1995

Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China

O Brasil declara apoio à entrada da RPC na OMC

1999

Lançamento do CBERS-1

2000

Visita do MNE Tang Jiaxuan ao Brasil

A RPC torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia

Abertura de escritório da EMBRAER em Pequim

2003

Lançamento do CBERS-2

2004

30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas

O Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro

O Presidente Lula visita a RPC em maio

O Presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro

MoU sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o 'status' de economia de mercado à China

Criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação)

2006

I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar

Visita do Presidente do Congresso da RPC, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à RPC

2007

Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução entre o SGAP II e o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente MNE da RPC

Lançamento do satélite CBERS-2B

I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China

2008

Visita ao Brasil do Ministro do Comércio da RPC, em maio

Visita ao Brasil do Membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, He Guoqiang, em julho

Visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do CNP da RPC, Li Zhaoxing, em outubro

Visita ao Brasil do Vice-Presidente da Comissão Militar Central da RPC, General Xu Caihou, em novembro